

# Elementos para uma avaliação do Programa de Formação da CNTE

*Um novo conceito de atuação sindical?*



ZACARIAS GAMA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA



Programa de  
Formação da CNTE  
Um novo conceito de atuação sindical



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)



APOIO



Lärarförbundet  
SINDICATO DE EDUCADORES DA SUÉCIA

# Elementos para uma avaliação do Programa de Formação da CNTE

*Um novo conceito de atuação sindical?*



ZACARIAS GAMA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA



Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)



APOIO



Läraryförbundet  
SINDICATO DE EDUCADORES DA SUÉCIA

# Gestão 2011/2014

## Direção Executiva da CNTE

### Presidente

Roberto Franklin de Leão (SP)

### Vice-Presidente

Milton Canuto de Almeida (AL)

### Secretário de Finanças

Antonio de Lisboa Amancio Vale (DF)

### Secretária Geral

Marta Vanelli (SC)

### Secretária de Relações Internacionais

Fátima Aparecida da Silva (MS)

### Secretário de Assuntos Educacionais

Heleno Araújo Filho (PE)

### Secretário de Imprensa e Divulgação

Alvisio Jacó Ely (SC)

### Secretário de Política Sindical

Rui Oliveira (BA)

### Secretário de Formação

Gilmar Soares Ferreira (MT)

### Secretária de Organização

Marilda de Abreu Araújo (MG)

### Secretário de Políticas Sociais

Marco Antonio Soares (SP)

### Secretária de Relações de Gênero

Isis Tavares Neves (AM)

### Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

### Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Ana Denise Ribas de Oliveira (PR)

### Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Maria Antonieta da Trindade (PE)

### Secretária de Assuntos Municipais

Selene Barboza Michelin Rodrigues (RS)

### Secretário de Direitos Humanos

José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

### Secretaria Executiva

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

### Secretaria Executiva

Odair José Neves Santos (MA)

### Secretaria Executiva

José Valdivino de Moraes (PR)

### Secretaria Executiva

Joel de Almeida Santos (SE)

### SUPLENTES

Carlos Lima Furtado (TO)

Janeayre Almeida de Souto (RN)

Rosimar do Prado Carvalho (MG)

João Alexandrino de Oliveira (PE)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Francisco de Assis Silva (RN)

Denise Rodrigues Goulart (RS)

Alex Santos Saratt (RS)

Maria Madalena A. Alcântara (ES)

### CONSELHO FISCAL - TITULARES

Mario Sergio F. de Souza (PR)

Ivaneia de Souza Alves (AP)

Rosana Sousa do Nascimento (AC)

Berenice Jacinto D'arc (DF)

Jakes Paulo Félix dos Santos (MG)

### CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Ida Irma Dettmer (RS)

Francisco Martins Silva (PI)

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

### Coord. do Depto. de Funcionários de Escola (DEFE)

Edmilson Ramos - Lamparina (DF)

### Coord. do Depto. de Especialistas em Educação (DESPE)

Zenaide Honório (SP)

### Endereço

SDS Ed. Venâncio III, Salas 101/106, Asa Sul, CEP: 70393-900, Brasília-DF, Brasil.

Telefone: + 55 (61) 3225-1003 Fax: + 55 (61) 3225-2685

Site: [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br) » E-mail: [cnte@cnte.org.br](mailto:cnte@cnte.org.br)



## Entidades Filiadas à CNTE

SINTEAC/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre  
SINTEAL/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas  
SINTEAM/AM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas  
SINSEPEAP/AP - Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá  
APLB/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia  
SISPEC/BA - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari  
SISE/BA - Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso  
SINDIUTE/CE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará  
APEOC/CE - Sindicato dos Professores e Servidores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará  
SAE/DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal  
SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal  
SINDIUPES/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo  
SINTEGO/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás  
SINPROESEMMA/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Estadual e Municipais do Maranhão  
SINTERPUM/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon  
Sind-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais  
FETEMS/MS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul  
SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso  
SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará  
SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba  
SINTEM/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa  
SINTEPE/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco  
SIMPERE/PE - Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife  
SINPROJA/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Jaboatão dos Guararapes  
SINTE/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí  
SINPROSUL/PI - Sindicato dos Professores Municipais do Extremo Sul do Piauí  
APP/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná  
SISMMAC/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba  
SISMMAR/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária  
SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte  
SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia  
SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima  
CPERS-SINDICATO/RS - Centro dos Professores do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação  
SINTERG/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande  
SINPROSM/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria  
SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina  
SINTESE/SE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe  
SINDIPEMA/SE - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju  
AFUSE/SP - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação  
APEOESP/SP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo  
SINPEEM/SP - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo  
SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

© 2011 CNTE

Qualquer parte desta revista pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <<http://www.cnte.org.br>>

**Coordenação geral desta publicação**

Heleno Araújo Filho  
Gilmar Soares Ferreira

**Secretaria e apoio editorial**

Marcelo Francisco Pereira da Cunha

**Revisão de textos**

Carmen Lozza (português e leitura crítica)  
Formas Consultoria (normas técnicas)

**Editoração**

Frisson Comunicação

*Esta publicação obedece às regras do Novo Acordo de Língua Portuguesa.  
Foi feito depósito legal.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G178e Gama, Zacarias

Elementos para uma avaliação do programa de formação da CNTE : um novo conceito de atuação sindical? / Zacarias Gama. — Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2011.

80 p.: il.

Inclui Bibliografia  
ISBN 978-85-64766-00-6 [eletrônico]

1. Ensino sindical - Avaliação 2. Sindicalismo I. Título

CDD 334

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Prólogo</b> .....	8
<b>Introdução</b> .....	10
<b>Discussão teórica e metodológica</b> .....	12
Categorias.....	12
Processo.....	12
Instrumento de coleta de dados.....	13
Metodologia.....	14
<b>Análise das categorias</b> .....	16
Participantes.....	16
Caracterização das entidades e filiações de base.....	17
Desenvolvimento de atividades de formação.....	18
Tipos de atividades de formação.....	19
Atividades de formação para além do Programa de Formação da CNTE.....	20
Eixos do Programa de Formação da CNTE.....	23
Fascículos do Programa de Formação da CNTE.....	25
<i>Eixo 1 – Conceção política e sindical</i> .....	25
<i>Eixo 2 – Teoria e prática sindical</i> .....	27
<i>Eixo 3 – Planeamento e ação sindical</i> .....	28
<i>Eixo 4 – Temas transversais</i> .....	30
Turmas previstas e criadas.....	35
Inscrições por região geográfica.....	38
Concluintes das atividades de formação.....	39
Desenvolvimento do Programa junto à base.....	47
Formas de reaplicação do Programa junto à base.....	48
Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa.....	49
Participação de outras categorias.....	55
Detalhamento da participação de outras categorias.....	56
Avaliação dos fascículos do Programa.....	58
Avaliação geral do Programa de Formação.....	60
Possíveis dificuldades na implementação do Programa e sugestões.....	64
<b>Pontos para a tomada de decisões</b> .....	67
<b>Referências</b> .....	70
<b>Anexo 1 - Instrumento de Coleta de Dados para Avaliação do Programa de Formação</b> .....	71

## GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dispersão temática das atividades de formação desenvolvidas pelas entidades afiliadas, para além do Programa de Formação da CNTE. ....	22
Gráfico 2 – Eixo 1 – Utilização de fascículos referentes à Conceção Política e Sindical. ....	26
Gráfico 3 – Eixo 2 – Utilização de fascículos referentes à Teoria e Prática Social. ....	27
Gráfico 4 – Eixo 3 – Utilização de fascículos referentes a Planeamento e Ação Sindical. ....	29
Gráfico 5 – Criação de turmas, por região geográfica. ....	38
Gráfico 6 – Número de inscrições, por região geográfica. ....	39
Gráfico 7 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Nordeste. ....	40
Gráfico 8 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Sudeste. ....	41
Gráfico 9 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Centro-Oeste. ....	42
Gráfico 10 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Sul. ....	43
Gráfico 11 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa de Formação da CNTE – Região Nordeste. ....	50

# Sumário

Gráfico 12 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa de Formação da CNTE – Região Sudeste. ....	52
Gráfico 13 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa de Formação CNTE – Região Centro-Oeste. ....	53
Gráfico 14 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa de Formação CNTE – Região Sul. ....	54

## QUADRO

Quadro 1 – Temas das atividades de formação desenvolvidas pelas entidades afiliadas, para além do Programa de Formação da CNTE. ....	20
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## TABELAS

Tabela 1 – Eixos realizados do Programa de Formação da CNTE, por região geográfica. ....	24
Tabela 2 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Nordeste. ....	30
Tabela 3 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Norte. ....	31
Tabela 4 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Sudeste. ....	32
Tabela 5 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Centro-Oeste. ....	32
Tabela 6 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Sul. ....	33
Tabela 7 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Nordeste. ....	35
Tabela 8 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Norte. ....	36
Tabela 9 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Sudeste. ....	36
Tabela 10 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Centro-Oeste. ....	36
Tabela 11 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Sul. ....	37
Tabela 12 – Inscritos e concluintes – Região Nordeste. ....	39
Tabela 13 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Sudeste. ....	40
Tabela 14 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Centro-Oeste. ....	41
Tabela 15 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Sul. ....	42
Tabela 16 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Nordeste. ....	47
Tabela 17 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Norte. ....	47
Tabela 18 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Sudeste. ....	47
Tabela 19 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Centro-Oeste. ....	48
Tabela 20 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Sul. ....	48
Tabela 21 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa, por eixo e gênero – Região Nordeste. ....	50
Tabela 22 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa, por eixo e gênero – Região Sudeste. ....	51
Tabela 23 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa, por eixo e gênero – Região Centro-Oeste. ....	52
Tabela 24 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa, por eixo e gênero – Região Sul. ....	54

## Apresentação

**É** com satisfação que a Escola de Formação da CNTE (Esforce) e a Secretaria de Formação da CNTE apresentam este relatório intitulado **Elementos para uma avaliação do Programa de Formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical?**, de autoria do prof. Zacarias Gama, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O relatório abrange a realização do primeiro Programa de Formação da CNTE, efetivado com diversas entidades filiadas no período de 2007-2010, e foi construído a partir do instrumento de coleta de dados enviado, em março de 2011, a todas as afiliadas. Isto porque, independentemente da participação no Programa de Formação da CNTE, entendemos que esta seria uma oportunidade ímpar para captar as diversas atividades formativas realizadas no período. Como resultado, diversas entidades não participantes do Programa atenderam à solicitação e explicitaram suas atividades formativas.

Mesmo que este trabalho não faça parte estritamente do Grupo de Pesquisa *História em Movimento* (parceria da CNTE com professores/as do PPFH/UERJ), certamente ele fornece insumos para que aqueles/as pesquisadores/as possam compreender melhor o universo e as especificidades do conjunto dos/as trabalhadores/as da educação básica pública.

A expectativa com este Relatório é a possibilidade de maior apropriação pelos dirigentes da CNTE e de suas afiliadas da riqueza formativa que alcançamos nos últimos anos. Alcançamos diversas dimensões como a produção de material didático e orientações para realização de atividades. É um processo que tem se mostrado audacioso, pois temos consciência de que a conjuntura – nacional e internacional – que tem se apresentado para nós é igualmente desafiadora.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura e que o Programa de Formação Sindical seja um instrumento de capacitação dos/as dirigentes sindicais e um forte aliado no processo de mobilização da categoria para o enfrentamento da conjuntura.

Registramos, ainda, o agradecimento em nome dos(as) trabalhadores(as) da educação básica pública do Brasil, ao importante apoio logístico do Sindicato dos Educadores da Suécia (Läraryöbundet) para o Programa Nacional de Formação, no período de 2007 a 2009.



## Prólogo

**H**á alguns bons anos, venho estudando as questões relativas à avaliação da aprendizagem, das instituições de educação superior e das políticas públicas e programas sociais. Sempre venho tentando abordá-las a partir de um referencial marxiano. O presente trabalho não foge à regra, ainda que me tenha desafiado a trabalhar nos limites do movimento sindical brasileiro.

Este relatório – **Elementos para uma avaliação do Programa de Formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical?** – é o resultado concreto desse desafio, sem ser entretanto um ponto de chegada. Ele abre novas perspectivas de investigação e de análise no campo avaliacional, as quais efetivamente podem contribuir para a formulação de um novo conceito de atuação sindical, principalmente numa conjuntura mundial na qual o capitalismo desenvolve novas formas de exploração e suprime direitos historicamente conquistados por todos os trabalhadores assalariados e quando se torna importante ampliar a noção de classe trabalhadora e de suas formas organizativas de luta político-econômica.

O método de apresentação utilizado neste relatório compreende três partes. No que pode ser considerado como primeira parte, encontra-se uma discussão teórica e metodológica, cujo objetivo foi colocar em evidência a impossibilidade de se realizar uma avaliação do Programa de Formação da CNTE em sua completicidade, tentando apreender todos os seus aspectos, relações, processos etc. Minha compreensão de totalidade concreta levou-me, inevitavelmente, a eleger determinadas categorias e fatos possíveis de serem compreendidos racionalmente. Somente com essa eleição, admiti ser possível interrogar as categorias, descobrir os seus conteúdos e significados objetivos para, então, evidenciar elementos passíveis de uma avaliação objetiva da realização do Programa de Formação da CNTE. No que pode ser uma segunda parte, estão os dados de conteúdo das categorias que tomei como objeto de análise. Por último, apresento alguns pontos que considere merecedores de tomadas de decisão para o aperfeiçoamento do Programa.

Para terminar, algumas notas de agradecimento tornam-se indispensáveis. A realização deste relatório não seria possível sem que o interesse da CNTE, nas pessoas de seu Presidente, Roberto Franklin de Leão, e de seu Secretário de Formação, Gilmar Soares Ferreira, se concretizasse materialmente, inclusive favorecendo-me o contato pessoal com diversos companheiros: do Coletivo Nacional de Formação, durante a realização do XXXI Congresso Nacional da CNTE, no período de 13 a 16 de janeiro de 2011, em Brasília; do XIX Congreso de la Confederación de Educadores Americanos (CEA),

em São Paulo, no período de 23 a 25 de março de 2011; e de diversas entidades afiliadas da CNTE, no Seminário Nacional do Programa de Formação e Coletivo Nacional de Formação da CNTE, acontecido em Brasília, nos dias 18 e 19 de abril de 2011. Tampouco seria possível sem o empenho do companheiro Marcelo Francisco Pereira da Cunha, funcionário da CNTE.

Da mesma forma, foram essenciais os amigos e colegas do Grupo de Pesquisa *História em Movimento*: Gaudêncio Frigotto, Vânia Motta e Eveline Algebaile, e o doutorando Helder Molina, todos do PPFH/UERJ. Eles merecem meu agradecimento especial porque, para além das interlocuções diárias, muito contribuíram para a consolidação das análises dos dados que aqui foram objeto de estudo. Igual agradecimento devo dirigir ao meu bolsista de Iniciação Científica, Vinicius Calçada, jovem amigo e parceiro atento e inestimável na tabulação dos dados e na ajuda que prestou à realização da versão final deste relatório.

*Rio de Janeiro, maio de 2011.*

Zacarias Gama

## Introdução

**A** CNTE vem se esforçando historicamente para estabelecer, em bases sólidas, um sindicalismo classista, democrático, de base, com liberdade e autonomia sindical, na busca da unidade da categoria dos/as trabalhadores/as em educação. Suas lutas têm sido forjadas sob as bandeiras de uma escola pública, gratuita e de qualidade social, do piso salarial nacional, do plano de carreira para todos/as os/as trabalhadores/as em educação, da formação profissional, da organização curricular e do financiamento público para a educação.

Nos últimos anos, entretanto, tem havido grande êxodo de lideranças sindicais da CNTE e das entidades filiadas para postos políticos nas esferas da administração governamental, o que, problematicamente, não obstante os aspectos positivos que pode conter lhe impõe a imediata necessidade de renovação de quadros em seu próprio âmbito e no de todas as suas entidades afiliadas como condição para a manutenção da mobilização, a curto e médio prazos. As conseqüentes mudanças políticas, os avanços tecnológicos e os cerceamentos da disponibilidade de sindicalistas para se envolverem na defesa das causas sindicais são dificuldades impeditivas para o aprofundamento necessário dos alicerces políticos, filosóficos, pedagógicos e sociológicos, assim como para a apropriação da história dos movimentos sociais e populares e da história propriamente dita.

No âmbito da entidade, a realização de programas sistemáticos de formação político-sindical de seus dirigentes é uma das alternativas contra essa situação e o distanciamento dela decorrente. O Programa de Formação da CNTE é o esforço concreto para capacitar novos quadros, fundamentais para a atuação no cenário atual, e para reincorporar aqueles que estão dispostos a fazer o caminho de volta.

O Programa, com duração de três anos, organizado pela Secretaria de Formação da CNTE, e colocado em prática em 2007, tem, portanto, como objetivo recompor e aumentar os quadros sindicais da área. Para tanto, é disponibilizado aos seus sindicatos afiliados material considerado de fundamental importância para a imperativa formação dos associados, baseando-se em quatro eixos: Eixo 1 - Concepção Política e Sindical, Eixo 2 - Formação de Dirigentes Sindicais, Eixo 3 - Planejamento e Administração Sindical, Eixo 4 - Temas Transversais. Cada um dos eixos é apresentado em formato de fascículos impressos, vídeos e outros materiais com os conteúdos básicos para os seminários e oficinas a serem desenvolvidos. Todas as atividades de formação seguem o roteiro dos eixos e os conteúdos elencados em cada fascículo.

Até o presente, foi realizado o primeiro programa de formação, compreendido entre 2007-2010. Após esse programa, o desejo de analisar os seus resultados tornou-se imperioso, diante da intenção de problematizar a sua realização e tentar responder a algumas questões que adquiriram pertinência: como o Programa se desenvolveu? Quais atividades de formação foram adequadas e atingiram os objetivos? Como os temas são apresentados no material didático de apoio? Quais dificuldades emergiram no processo de implementação, aplicação e reaplicação do Programa junto à base? Quantos são os sujeitos envolvidos e que o concluem? Quais os seus gêneros e categorias de origem?

O presente relatório tem, pois, como objetivo apresentar possíveis respostas a essas questões, todas elas relativas à aplicação do Programa de Formação da CNTE pelas entidades afiliadas à CNTE. Em linhas gerais, o esforço empreendido volta-se para, se possível, explicitarmos o que o dificulta e facilita, as contradições que se desenvolvem e põem em risco bandeiras de formação fundadas em princípios e valores, importantes para um sindicalismo classista, democrático, de base, com liberdade e autonomia sindical e com unidade dos/as trabalhadores/as da educação pública básica. Mais especificamente, empenhamo-nos para que o exame de categorias do processo possa contribuir, ademais, para a melhoria das decisões relativas à formação de novos quadros e à qualidade geral do Programa de Formação.

## Discussão teórica e metodológica

### Categorias

No presente relatório, o primeiro Programa de Formação da CNTE é examinado avaliativamente a partir do entendimento inicial de que é impossível apreender a sua completicidade, e que sua análise exige que utilizemos determinadas categorias e fatos racionalmente compreensíveis. Kosik (1976) nos dá sustentação para afirmar que a totalidade concreta, conforme a compreendemos, não é constituída de todos os aspectos, coisas, relações, processos etc.; tampouco implica a existência de um método capaz de captar e dar conta de todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos que constituem o real.

A teoria que emana de referenciais marxistas nos embasa e permite-nos compreender o Programa de Formação da CNTE como tendo uma estrutura própria, dialética, que se desenvolve e se cria ao mesmo tempo. É essa mesma teoria que ainda nos fornece orientações e princípios para a avaliação de determinadas seções temáticas do real.

É por essa razão que nos limitamos a algumas categorias extraídas do real, admitindo que, por seu intermédio, podemos interrogá-lo para descobrir o seu conteúdo e significado objetivo. A distinção das categorias, com base em seus significados e importância, permite-nos uma avaliação objetiva da realização do Programa de Formação, principalmente se consideramos os seus conteúdos objetivos.

As categorias que foram distinguidas e submetidas à avaliação – todas elas vinculadas ao Programa de Formação da CNTE – são as seguintes: base de filiação dos trabalhadores/as; atividades de formação; eixos; fascículos; participantes; concluintes; desenvolvimento junto à base; formas de reaplicação; funcionários/as da educação atendidos/as; outras categorias profissionais participantes; e dificuldades e sugestões para aprimoramento do acompanhamento do Programa de Formação da CNTE.

### Processo

A explicitação de um processo de avaliação, mais amplo ou mais restrito, como este em relato, não é ação das mais simples e, invariavelmente, remete a questões relativas ao método utilizado.



Cabe-nos mencionar, formalmente, que esse processo de avaliação, que focaliza apenas algumas categorias pertinentes ao Programa de Formação da CNTE aplicado pelas entidades afiliadas, não corresponde a uma ação feita *a priori*, porquanto é bastante difícil de ser realizado no campo da formação humana. De fato, com o apoio de Lobo (2001), podemos afirmar que os problemas pertinentes a tal formação dificilmente se submetem a análises prévias de custo-benefício, custo de efetividade, taxas de retorno etc. Assumir essas dificuldades, entretanto, não quer significar qualquer impedimento definitivo de que tais estudos avaliativos, em sentido *stricto* ou *lato*, possam ser concretizados para ponderar a viabilidade política, econômico-financeira e institucional, com vistas à implementação de um programa de formação.

A avaliação ou o exame das mesmas categorias também não pode ser compreendido como sendo igual aos processos de avaliação de acompanhamento ou de monitoramento de algo em desenvolvimento em tempo real, tão em voga ultimamente nas lidas toyotistas. As avaliações de acompanhamento, dadas as suas características de regulação de percurso, exercem influências sobre os resultados, assim como acabam se institucionalizando e demandando capacidade institucional, adestramento de pessoal, desenvolvimento de estratégias e técnicas específicas, e definição de quem faz o quê.

O processo de avaliação focalizando determinadas categorias é, portanto, uma ação feita após o fato ter sido realizado, com foco naquelas que foram previamente elencadas e somente em dado período de tempo.

A coleta de dados de conteúdo em torno de cada uma das categorias visou a aquilatar os resultados alcançados pelo Programa de Formação e se tornou um procedimento fundamental, na medida em que também se pretendeu dar visibilidade aos meios, instrumentos, esforços etc., característicos da existência real das entidades afiliadas nos seus cotidianos.

### **Instrumento de coleta de dados**

O instrumento próprio de coleta de dados enviado a todas as entidades sindicais afiliadas foi especialmente construído, em interação com a Secretaria de Formação da CNTE, com a finalidade de obter o máximo de informações possíveis sobre o fazer das entidades envolvidas. Sua elaboração foi rigorosa ao considerar os tipos de itens que seriam utilizados para o exame de cada categoria. Os tipos que por fim predominaram foram organizados com formatos diversos, admitindo respostas de múltipla escolha, respostas simples (sim ou não) e respostas abertas. Outros formatos disponibilizaram espaços para indicações de quantidades e livre expressão de juízos de qualidade e sugestões. Todos os itens em seus aspectos formais e de conteúdo são

pertinentes ao universo de conhecimentos, teóricos ou práticos, dos sujeitos envolvidos no processo de formação (instrumento em anexo).

A fidedignidade do instrumento foi, também, previamente testada para estabilizar as respostas a serem obtidas. Todos os itens foram aplicados a determinados sujeitos, de modo que os itens que porventura causaram alguma dúvida ou dificuldade foram prontamente reestruturados. A busca de fidedignidade em um instrumento de coleta de dados de abrangência nacional, como o que foi elaborado, justifica-se como medida necessária para que ele seja aplicado um grande número de vezes a grupos semelhantes obtendo-se a sua mais nítida compreensão, de forma a não serem dificultadas as respostas.

Uma vez aplicados às entidades de base, foram recolhidos pela Secretaria de Formação da CNTE e as respostas obtidas foram por nós tabuladas, sistematizadas e analisadas. A consolidação do relatório foi operada pelo Coordenador do processo avaliativo, em diálogo com os demais colegas integrantes do Grupo de Pesquisa *História em Movimento*, todos somos professores/as, alunos do Doutorado e bolsistas de Iniciação Científica do PPFH da UERJ.

## Metodologia

O enfoque teórico-metodológico utilizado no processo de avaliação considera, dialeticamente, os aspectos de qualidade e de quantidade das categorias em evidência, de modo a ser impossível adjetivá-los simplesmente como qualitativos ou quantitativos. Gramsci (1999), ao se debruçar sobre essa dicotomia, já demonstrou sua falsidade e ensinou-nos que a maneira mais concreta e realista de abordar o problema é considerar a qualidade a partir de elementos controláveis e mensuráveis; por exemplo, no caso de um diamante sua qualidade somente pode ser atribuída pelos quilates que possui. Em sua perspectiva, a falsa oposição qualidade/quantidade implica apreender determinadas condições da vida social a partir dos aspectos quantitativos ou somente qualitativos como se não constituíssem uma unidade dialética. Assim, considerar uma e outra numa interação dialética significa construir uma elaboração teórica que pretenda apreender o movimento do real, como condição de superar as formas atuais que a avaliação adquire teoricamente na literatura corrente (GAMA, 2009).

O exame do objeto recortado, constituído das categorias anteriormente nomeadas, teve início com a coleta de dados de conteúdo, considerados como relevantes e objetivos, o que se deu nos meses de março e abril de 2011. Ele dispôs da capacidade de diagnosticar, obter e proporcionar informações para as subseqüentes tomadas de decisão, tendo-se mostrado, ainda, capaz de permitir a ultrapassagem do que se apresenta ao senso comum e colocar em evidência o que objetivamente se torna relevante para a tomada de decisões com fins de superação das dificuldades existentes.

O exame rigoroso e cauteloso de categorias de qualquer programa de formação visa a facilitar a avaliação a mais objetiva possível quanto ao sucesso de sua realização, proporcionar a sua visão de totalidade, dar segurança e agilidade aos seus coordenadores, ou formadores, para que possam superar pontos críticos e restritivos, bem como facilitar a comunicação entre todos os envolvidos no mesmo processo.

Porém, antes de entrar na seção seguinte, isto é, na análise de conteúdo e significado das categorias, vale novamente sublinhar um de nossos princípios básicos, já explicitado no número 3 dos cadernos *História em Movimento* (FRIGOTTO et al, 2010). Na elaboração deste relatório também estamos destituídos de qualquer retórica de condenação ou de expiação. Muito embora estejamos agora trabalhando com um poderoso instrumento avaliativo, com força para aprovar ou reprovar, estamos convencidos de que não nos cabem quaisquer ações nesse sentido; emitir sentenças é um ofício bem distinto, de natureza oposta à do que estamos realizando. Como acadêmicos, temos convicção de que nossa contribuição pode ajudar na consolidação e evolução do Programa de Formação da CNTE e no desenvolvimento de um possível novo conceito de atuação sindical.

## Análise das categorias

### Participantes

São participantes deste processo de avaliação todas as entidades afiliadas à CNTE, de Norte a Sul do país, que enviaram o instrumento de coleta de dados devidamente preenchido à Secretaria de Formação da CNTE, em Brasília, no prazo estabelecido. Considerando o total das entidades afiliadas, composto de 41, o conjunto dos participantes que constitui o universo deste relatório é de 26 delas, ou seja, 63,42% do total.

Por regiões geográficas, as entidades afiliadas participantes estão distribuídas da seguinte forma:

- » **Região Nordeste** – 11 entidades, correspondendo a 42,32% do conjunto de participantes: Sindicato dos Professores e Servidores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC/CE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Jaboatão dos Guararapes/PE (SINPROJA/PE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA/MA), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB/BA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP/PB), Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Recife/PE (SIMPERE/PE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE/PE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí (SINTE/PI), Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju/SE (SINDIPEMA/SE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL/AL) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte (SINTE/RN);
- » **Região Norte** – 2 entidades, ou 7,69%: Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá (SINSEPEAP/AP) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP/PA);
- » **Região Sudeste** – 2 entidades, ou 7,69%: Sindicato do(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo (SINDIUPES/ES) e Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE/MG);

- » **Região Centro-Oeste** – 6 entidades, ou 23,07%: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (SINTEGO/GO), Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS/MS), Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (SINTET/TO), Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO/DF) e Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal (SAE/DF);
- » **Região Sul** – 5 entidades, ou 19,23%: Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria/RS (SINPROSM/RS), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE/SC), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP/PR), Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba/PR (SISMMAC/PR) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Rio Grande/RS (SINTERG/RS).

Na caracterização dos participantes é de se notar o percentual de entidades que, por diversas razões, deixou de enviar o instrumento preenchido conforme as instruções recebidas. A frequência é de dezoito entidades, o que corresponde a 36,58% de todas as entidades afiliadas à CNTE.

Que razões podem justificar essa significativa ausência de participação de 36,58% das entidades afiliadas à CNTE?

No já citado caderno *História em Movimento* (FRIGOTTO et al, 2010), quando já nos ressentíamos desse tipo de ausência, sugerimos cautelosamente algumas hipóteses quanto a isso, com o objetivo de permitir a todas as entidades uma análise do que vem ocorrendo e que talvez possa justificar a não remessa de instrumentos preenchidos: excessiva concentração de atividades nas mesmas pessoas que atuam no comando das entidades; não compreensão política da relevância de se ter uma visão avaliativa das dificuldades e dos progressos do Programa de Formação; e acúmulo de rotinas burocráticas, que absorvem a maior parte do tempo das equipes dirigentes. Contudo, a partir da maior interação com o universo de entidades participantes, outras hipóteses podem ser enunciadas: dificuldades de comunicação, ebulições de um ano eleitoral e realização de muitas atividades culturais.

### **Caracterização das entidades e filiações de base**

O item referente a essa categoria interessou-se em saber – para além do nome da entidade –, o nome do/a seu/sua presidente ou coordenador/a geral e do secretário/a ou coordenador/a de formação, além da base de filiação dos/as trabalhadores/as em educação.



A Região Nordeste, com mais entidades participantes, é a que tem a maior base de filiação de trabalhadores/as em educação ligados/as às esferas administrativas do estado e município (7). Contudo, os informes registram haver trabalhadores/as com vínculos ou somente com o estado (1) ou com o município (3).

Nas regiões Norte e Sudeste, as 4 entidades participantes, duas de cada região, indicaram ser a base de filiação simultaneamente estadual e municipal: duas filiações em cada uma.

Na Região Centro-Oeste, a base da filiação é semelhante: a maioria dos/as trabalhadores/as (3) está ligada às esferas estadual e municipal, com duas à estadual. Uma entidade deixou de informar a base de filiação dos/as trabalhadores/as.

Na Região Sul, há três entidades com base de filiação municipal (SIMPROSM, SINTERG/RS e SISMMAC/PR), uma com base de filiação estadual (SINTE/SC) e outra com base de filiação estadual e municipal (APP/PR).

A evidenciação da filiação de base dos/as trabalhadores/as tem sua relevância, particularmente quando a CNTE defende a bandeira da unidade da categoria dos/as trabalhadores/as em educação. Com efeito, ao se pretender como uma entidade nacional representativa dos sindicatos regionais, com unidade sólida, a sua atuação e a das suas entidades afiliadas possivelmente serão dificultadas sempre que se restringirem às questões que mobilizam trabalhadores/as de apenas uma ou outra esfera de administração pública – estadual e municipal –, sabendo-se que as entidades afiliadas participantes têm vida sindical ativa a partir daqueles sujeitos que atuam numa e noutra esfera, indistintamente, em todas as regiões brasileiras.

A unidade de qualquer entidade social, incluindo a da própria CNTE, por sua natureza, é dialeticamente contraditória e, em função disso, não deve pressupor que se distinga qualquer um dos elementos básicos. A união e a desunião, desse modo, por mais contraditórias, integram a mesma unidade dialética, na qual ora um elemento é capaz de predominar, ora outro; é o movimento existente no interior de cada entidade o impeditivo para que tanto a união quanto a desunião se eternizem. A contradição é real e está na base dos movimentos inerentes à união e à desunião. Não é, então, por diferente razão que o empenho de qualquer liderança implica esforços para superar ou administrar democraticamente as contradições que surgem em momentos de união e de desunião.

## **Desenvolvimento de atividades de formação**

Indagadas se, no período compreendido entre 2007 e 2010, as entidades afiliadas de todas as regiões brasileiras desenvolveram atividades de formação de dirigentes sindicais, a maioria informou ter desenvolvido alguma atividade de formação no

período. Apenas um sindicato da Região Sul não o fez e 3 outros, das regiões Nordeste (1) e Centro-Oeste (2), deixaram de fornecer a informação.

### **Tipos de atividades de formação**

Outras atividades de formação, que não as do Programa de Formação da CNTE, foram desenvolvidas pelas entidades?

Em todas as regiões geográficas, as entidades afiliadas participantes desenvolveram outras atividades que não as do Programa de Formação da CNTE. Na Região Nordeste, 8 entidades o fizeram e somente uma admitiu não ter desenvolvido atividades fora das determinações do Programa; 2 outras deixaram de fornecer informações. Nas regiões Norte e Sudeste, as 4 entidades participantes desenvolveram atividades diferentes das do Programa.

Entre as 6 entidades da Região Centro-Oeste, 4 admitiram ter desenvolvido atividades diferentes das do Programa de Formação da CNTE, uma informou somente ter desenvolvido as atividades do Programa (FETEMS/MS) e outra deixou de fornecer informações a respeito (SINPRO/DF)<sup>1</sup>.

Na Região Sul, com 5 cinco participantes, 2 desenvolveram outras atividades e 3 informaram não as ter desenvolvido.

Quanto ao subitem de número dois, ele buscou saber se a entidade desenvolveu simultaneamente atividades do Programa de Formação da CNTE e outras, além das previstas no próprio Programa.

As entidades da Região Nordeste que responderam tiveram atitudes diferentes: 4 responderam positivamente e 4 negativamente. Três outras deixaram de fornecer a informação.

As entidades das regiões Norte (2) e Sudeste (também 2) dividiram-se meio a meio. Uma de cada Região desenvolveu atividades do Programa e foi além, realizando atividades simultâneas a ele.

Na Região Centro-Oeste, 3 entidades responderam positivamente, isto é, afirmaram ter desenvolvido outras atividades para além do Programa de Formação da CNTE. Duas ficaram restritas a ele e uma deixou de fornecer a informação.

Na Região Sul, a maioria das entidades (3) desenvolveu atividades do Programa e o ultrapassaram, enquanto duas outras desenvolveram apenas as atividades do Programa de Formação.

---

<sup>1</sup> Ressaltamos que o Sindicato desenvolveu, entre 2004 e 2011, uma diversidade de atividades formativas por muito ricas, tendo sido, inclusive, objeto de apresentação no Seminário Nacional de Formação da CNTE, em maio deste ano. (Nota da CNTE).

## Atividades de formação para além do Programa de Formação da CNTE

O conteúdo que se buscou apreender neste item diz respeito ao detalhamento das atividades de formação realizadas entre 2007 e 2010, para além do âmbito do Programa de Formação da CNTE: quais foram elas?

Em todas as regiões, diversos temas foram discutidos, assim como foram realizados encontros com objetivos variados. Os temas mais recorrentes, que aparecem como preocupação em mais de uma região, foram relativos ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), à Gestão Democrática, ao FUNDEB/Financiamento da Educação, a Gênero e Diversidade Sexual, ao Plano Nacional de Educação (PNE) e à Saúde e Prevenção da Saúde do Professor/Trabalhador.

O Quadro 1 mostra, por região, a profusão de temas e os diversos encontros e seminários realizados.

### Quadro 1 – Temas das atividades de formação desenvolvidas pelas entidades afiliadas, para além do Programa de Formação da CNTE.

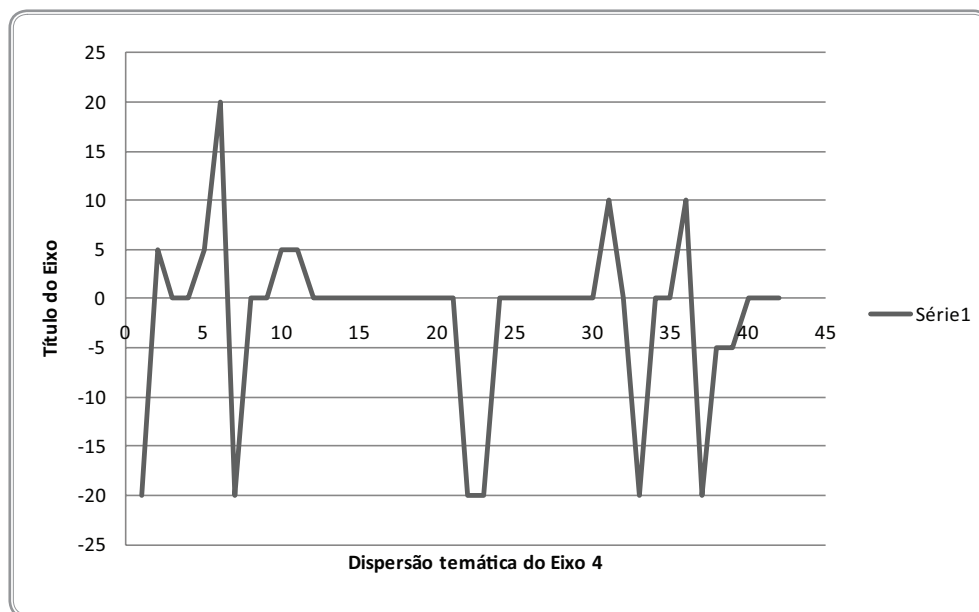
Região Nordeste
Análise da situação financeira do Estado da Paraíba
Mesa de negociação
Análise de conjuntura
CES – Curso descentralizado de formação dirigente
CES – Planejamento estratégico situacional
Curso de formação marxista
Historia do movimento sindical
O que é sindicato e o papel do sindicato,
Ações inter-relacionais
Encontros de Funcionários/as da Educação, Executiva, PSPN
Gestão democrática
Saúde do trabalhador
FUNDEB/Financiamento da Educação
Planejamento de ações
Plenárias de delegados de base
Seminários de Diretoria, Núcleos Regionais, Formação sindical, Orçamento, Relação
Sindicatos-Movimentos Sociais, Política Sindical
Relação e igualdade de gênero/diversidade sexual
Relações interpessoais

<b>Região Norte</b>
Plano de cargos, carreira e remuneração
Plano Nacional de Educação (PNE)
Gestão democrática
FUNDEB/Financiamento da Educação
PSPN
<b>Região Sudeste</b>
Diversidade no espaço escolar
Estatuto do magistério (âmbito municipal)
Igualdade racial
Plano Decenal de MG, CONEB, CONAE
Diversidade sexual
Saúde do professor
Projeto EPT/DST/AIDS
FUNDEB/Financiamento da Educação
PSPN
Encontros de Professores
Pré-sal e educação
Redes municipais
<b>Região Centro-Oeste</b>
Curso em parceria com ECO/CUT
Formação de conselheiro da educação
Formação sindical
Previdência e seguridade social
PSPN
Encontro jurídico
Saúde e prevenção
Encontro de Funcionários/as da Educação
Seminários regionais
Encontro Estadual de Educação
<b>Região Sul</b>
Letramento e alfabetização
Saúde do trabalhador
Discriminação e racismo
Política, vida e trabalho
Formação político-sindical
Demandas trabalhistas

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

A presença de significativa dispersão temática é facilmente demonstrada no Gráfico 1 e parece evidenciar a necessidade que as entidades têm de atender a certas demandas pontuais e imediatas.

**Gráfico 1 – Dispersão temática das atividades de formação desenvolvidas pelas entidades afiliadas, para além do Programa de Formação da CNTE.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Para a construção desse gráfico, foram atribuídos, aleatoriamente, valores aos temas. Receberam valor zero aqueles imediatamente considerados atinentes aos eixos do Programa de Formação da CNTE. Aqueles que pareceram ser muito discrepantes dos eixos receberam valor negativo igual a menos vinte: Projeto EPT/DST/AIDS, Diversidade no espaço escolar, Diversidade sexual, Igualdade racial, Letramento e alfabetização, Pré-sal e educação, e Relação e igualdade de gênero/diversidade sexual. Outros, que podem ser considerados mais próximos aos eixos receberam valores negativos menores (valor menos cinco): Relações interpessoais, Saúde dos trabalhadores, Discriminação e racismo. Valores positivos maiores do que zero foram atribuídos aos temas Encontro de Professores e Encontro Estadual de Educação (valor cinco); aos temas PNE e Redes Municipais foram atribuídos valores iguais a dez.

Essa dispersão, a despeito da importância formativa que pode ter, chega, entretanto, a ser paradoxal, porque seus temas tendem a não valorizar o cotidiano das



escolas e os desafios concretos que os trabalhadores/as em educação enfrentam diuturnamente. Muito embora os eixos do Programa de Formação da CNTE estejam voltados para a concepção política e sindical, formação de dirigentes sindicais e planejamento e administração sindical talvez seja importante definir mais concretamente qual a prioridade ou as prioridades das lutas sindicais no que tange ao cotidiano dos trabalhadores/as em educação nas suas bases.

Contudo, uma hipótese talvez possa nos ajudar a compreender o porquê de tal dispersão. Ela emerge de imediato e possivelmente parece resultar do anseio das entidades de ampliar o programa com ofertas de temas extras, visando à maior participação das direções regionais, da representação de base de municípios, das escolas e da categoria, de forma geral.

Todavia, não há indicativos de que a quantidade e a dispersão de atividades de formação para além do Programa de Formação da CNTE, desenvolvidas pelas entidades afiliadas em todas as regiões, se apresentem negativamente, isto é, como um problema. Ao que tudo indica, antes carecem ser vistas positivamente como atividades extras de enriquecimento.

Mas, positividade e negatividade, como elementos da mesma unidade dialética, geram tensões e não devem causar estranheza quando um deles é capaz de exercer pressão sobre o outro. Assim, apesar da imediata positividade com que podem ser vistas as atividades extra-Programa de Formação da CNTE, é plausível supor que possam estar produzindo uma sobrecarga de trabalho, forçando, inclusive, a diminuição da efetiva ação político-econômica, tão importante para o enfrentamento não só das questões que afetam a vida profissional dos trabalhadores em educação, como também dos demais desafios da área, que não são poucos. Da mesma forma, podem produzir pressões para que uma ou mais entidades afiliadas tenham dificuldades de responder, unitária e imediatamente, às demandas do coletivo local e nacional.

Se essa hipótese puder ser mais bem estudada, comprovada e até considerada verdadeira, a ponto de ser generalizada, constitui-se como um problema a merecer exame minucioso e rigoroso, a ser feito democraticamente com a participação de sujeitos comprometidos com o desenvolvimento de um novo conceito de atuação sindical.

## **Eixos do Programa de Formação da CNTE**

Os itens desta categoria visaram a colocar em evidência os eixos do Programa de Formação efetivamente realizados pelas entidades. A Tabela 1 os apresenta, por região geográfica.

**Tabela 1 – Eixos realizados do Programa de Formação da CNTE, por região geográfica.**

Região	NORDESTE				NORTE			SUDESTE			CENTRO-OESTE			SUL		
Eixo	SIM	NÃO	N/I	PARCIAL 1	SIM	NÃO	N/I	SIM	NÃO	N/I	SIM	NÃO	N/I	SIM	NÃO	N/I
EIXO 1	8	1	2	-	2	-	-	1	1	-	4	1	1	3	1	1
EIXO 2	5	1	4	1	1	-	1	1	1	-	4	1	1	3	1	1
EIXO 3	5	1	5	-	1	-	1	1	1	-	4	1	1	2	2	1
EIXO 4	5	2	4	-	-	1	1	1	1	-	2	3	1	2	2	1

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Obs.: Apenas na Região Nordeste houve a indicação de realização parcial do Programa. Por isso, a coluna aparece apenas em relação a essa região.

A maioria das entidades afiliadas de todas as regiões brasileiras, como é visível na Tabela 1, admitiu positivamente ter realizado as atividades dos eixos do Programa de Formação da CNTE. Contudo, percebe-se que o processo contém estágios diferentes, não tendo sido igualmente completado por todas as entidades participantes.

Como demonstra a Tabela 1, a Região Nordeste mostrou-se mais avançada na realização do Eixo 1. Oito das onze entidades participantes (SINPROESEMMA/MA, SINPROJA/PE, SINTEP/PB, SINTEAL/AL, SINTEPE/PE, SINTE/PI, APLB/BA e SINDIPEMA/SE) concluíram-no integralmente. A entidade APEOC/CE informou não o ter concluído e duas entidades – SIMPERE/PE e SINTE/RN – nada informaram a respeito.

Quanto ao Eixo 2, 5 entidades da Região Nordeste informaram tê-lo concluído: SINTEP/PB, SINTE/PI, SINTEAL/AL, SINTEPE/PE, SINDIPEMA/SE. A APEOC/CE informou que ainda não o trabalhou. Quatro outras entidades nada informaram a respeito: SIMPERE/PE, SINTE/RN, SINPROJA/PE e APLB/BA.

O Eixo 3 foi trabalhado e concluído por 5 entidades: SINTEP/PB, SINTE/PI, SINTEAL/AL, SINTEPE/PE e SINDIPEMA/SE. Uma informou não o ter concluído (APEOC/CE) e 5 nada informaram: SINPROJA/PE, APLB/BA, SINTE/RN, SIMPERE/PE e SINPROESEMMA/MA.

Cinco entidades afiliadas realizaram atividades do Eixo 4: SINTEAL/AL, SINTE/PI, APLB/BA, SINTEP/PB e SINTEPE/PE. Duas outras informaram não tê-las realizado: SINDIPEMA/SE e APEOC/CE; 4 entidades deixaram de fornecer informação sobre o seu estágio de desenvolvimento: SINPROJA/PE, SIMPERE/PE, SINTE/RN e SINPROESEMMA/MA.

Na Região Norte, as duas entidades participantes (SINSEPEAP/AP e SINTEPP/PA) conseguiram concluir o Eixo 1. A entidade SINSEPEAP/AP foi a única que avançou e concluiu o Eixo 2. O SINTEPP/PA nada informou.

Quanto ao Eixo 3, somente o SINSEPEAP/AP o concluiu. O SINTEPP/PA nada informou.

Em se tratando do Eixo 4, o SINSEPEAP/AP informou não tê-lo desenvolvido e o SINTEPP/PA deixou de prestar informações a respeito.

As duas entidades da Região Sudeste estão em situação oposta. Uma delas (SIND-UTE/MG) completou todos os eixos, enquanto a outra (SINDIUPES/ES) ainda não iniciou as atividades de todos os eixos.

Na Região Centro-Oeste duas entidades participantes (SINTEP/MT e FETEMS/MS) concluíram todas as atividades dos eixos. Duas outras (SINTEGO/GO e SINTET/TO) estão em igual situação, tendo completado tão somente os três primeiros eixos. O SAE/DF informou não ter realizado qualquer atividade dos 4 eixos. O SINPRO/DF, não obstante ter encaminhado à Secretaria de Formação da CNTE uma carta explicativa do estágio em que se encontra, deixou de informar a respeito da realização das atividades dos eixos do Programa de Formação.

Na Região Sul, das 5 entidades participantes, a APP/PR e o SINPROSM/RS já concluíram todos os 4 eixos. O SISMMAC/PR concluiu 2 deles, restando os outros 2; o SINTERG/RS informou ainda não ter iniciado as atividades dos 4 eixos, e o SINTE/SC deixou de prestar informações acerca das suas atividades.

Para explicar o fato de as entidades participantes estarem em diferentes estágios de realização dos eixos do Programa de Formação da CNTE, talvez seja possível utilizar as mesmas conjecturas relativas à sobrecarga das direções locais. De qualquer forma, as hipóteses somente se tornam verdadeiras se devidamente comprovadas.

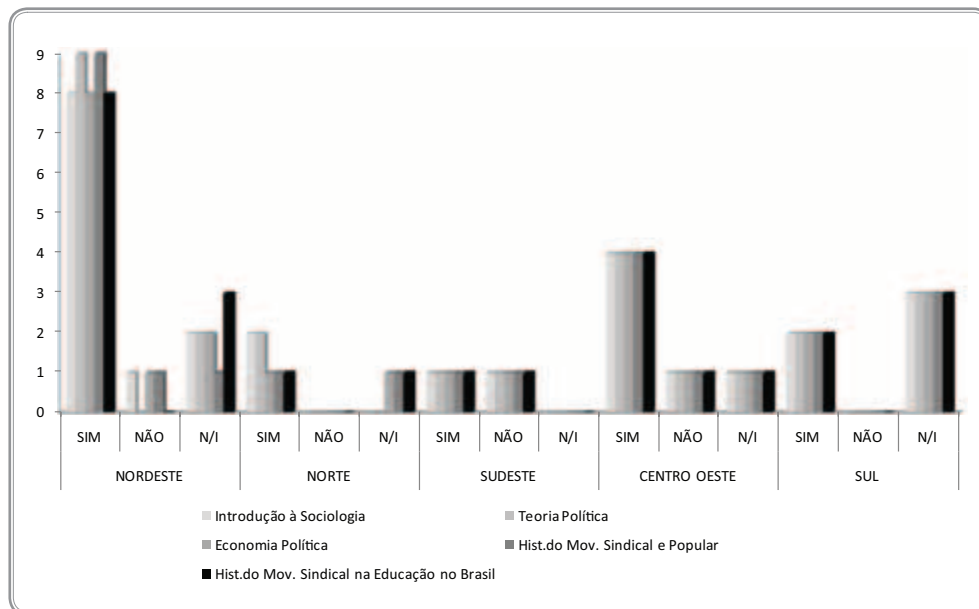
## **Fascículos do Programa de Formação da CNTE**

Nesta categoria, o objetivo foi o de saber se os fascículos vinculados aos 4 eixos foram ou não trabalhados e em que ano. Vejamos os resultados obtidos quanto a cada um dos eixos:

### *Eixo 1 – Concepção política e sindical*

Este item interessava-se em saber se as entidades afiliadas conseguiram ou não aplicar os fascículos referentes ao eixo. A seguir, demonstramos o que foi coletado.

**Gráfico 2 – Eixo 1 – Utilização de fascículos referentes à Concepção Política e Sindical.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

O Gráfico 2 nos dá uma boa visão das atividades tendo como objeto de trabalho os fascículos do Eixo 1. Nele é destacada a sua aplicação de maneira bastante significativa na Região Nordeste, no sentido de efetivar a sua concretização, sendo também digna de nota a ação da Região Centro-Oeste.

Quanto ao ano de realização das atividades dos fascículos, na Região Nordeste, duas entidades deixaram de indicá-lo; 5 delas trabalharam os fascículos em 2007 (SINPROEEMMA/MA, SINTEPE/PE, SINTE/PI, SINDIPEMA/SE e SINPROJA/PE) e uma, o SINTEAL/AL, os trabalhou em 2008. A entidade do Rio Grande do Norte (SINTE/RN) começou a trabalhá-los em 2008 e completou-os em 2009. Duas entidades (APLB/BA e APEOC/CE) estão bem atrasadas em relação às demais: a APEOC/CE ainda não conseguiu trabalhar qualquer fascículo, e a APLB/BA somente trabalhou o fascículo *História do Movimento Sindical na Educação no Brasil*, no ano de 2008.

Na Região Norte, a única entidade afiliada que informou ter trabalhado todos os fascículos do Eixo 1, em 2007, foi o SINSEPEAP/AP. O SINTEPP/PA somente trabalhou os dois primeiros fascículos, em 2009.

Na Região Sudeste, somente o SIND-UTE/MG informou os meses e o ano de trabalho com todos os fascículos do Eixo 1 – de março a novembro de 2007. O SINDIUPES/ES ainda não os trabalhou.

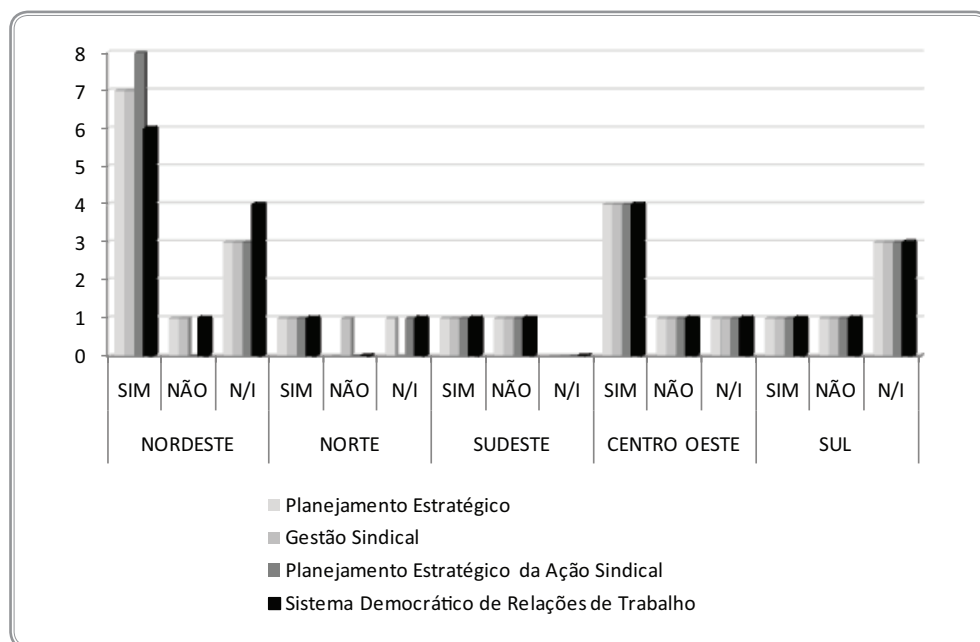
Na Região Centro-Oeste, o SINPRO/DF nada informou a respeito das atividades envolvendo os fascículos do Eixo 1. O SAE/DF informou não os ter trabalhado ainda. A FETEMS/MS e o SINTEP/MT trabalharam todos os fascículos, em 2007. O SINTEGO/GO e o SINTET/TO começaram a trabalhá-los em 2007, tendo concluído as atividades em 2008.

Na Região Sul, três entidades (SINTE/SC, SINPROSM/RS e SINTERG/RS) nada informaram sobre atividades em torno dos fascículos do Eixo 1. A entidade APP/PR completou todas as atividades em 2007 e a SISMMAC/PR fez o mesmo em 2010.

### *Eixo 2 – Teoria e prática sindical*

O item de coleta de dados interessava-se em saber se as entidades afiliadas trabalharam os fascículos integrantes do eixo. A seguir, demonstramos o que foi coletado.

**Gráfico 3 – Eixo 2 – Utilização de fascículos referentes à Teoria e Prática Social.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

O Gráfico 3, ao demonstrar a realização das atividades relativas aos fascículos do Eixo 2, igualmente por região geográfica, indica que, à exceção da Região Centro-Oeste, é acentuada a quantidade de entidades afiliadas, nas demais regiões, que

parecem ter dificuldades para concluir as atividades pertinentes ao eixo. É significativo o número de entidades participantes deste estudo que deixaram de informar a realização de atividades mediante a utilização dos fascículos do eixo.

Na Região Nordeste, duas entidades nada informaram sobre as atividades com os fascículos e os anos em que os trabalharam. São elas: SINPROJA/PE e SIMPERE/PE, essa última, por ser recém-admitida no conjunto das entidades afiliadas da CNTE. As entidades SINTE/RN e SINTEAL/AL realizaram todas as atividades vinculadas aos fascículos em 2009. As entidades SINTEPE/PE e SINDIPEMA/SE, respectivamente, cumpriram todos os fascículos em 2008 e no período entre 2008 e 2009. O SINTE/PI apresentou desempenho equivalente a essas duas entidades, tendo trabalhado os fascículos entre 2007 e 2009. O SINPROESEMMA/MA somente trabalhou dois fascículos: *Introdução à Filosofia*, em 2007, e *Negociação Coletiva*, em 2008; e a APLB/BA somente trabalhou o primeiro fascículo (*Introdução à Filosofia*), em 2007. Já o SINTEP/PB e a APEOC/CE nada informaram sobre os anos de atividades com os fascículos desse Eixo. De modo idêntico, as restantes entidades localizadas na região nada informaram a respeito.

Na Região Norte, uma entidade (SINTEPP/PA) informou somente ter trabalhado o primeiro fascículo do Eixo 2, mas deixou de informar o ano; a outra (SINSEPE-AP/AP) deu conta deles no ano de 2008.

No Sudeste, o SINDIUPES/ES deixou de realizar todas as atividades relativas aos fascículos do Eixo 2. O SIND-UTE/MG realizou todas elas, no período entre 2008 e 2009.

Na Região Centro-Oeste, o SINPRO/DF nada informou a respeito e o SAE/DF ainda não realizou as atividades dos fascículos do Eixo 2. Duas outras entidades deram conta dos fascículos em 2009. São elas: FETEMS/MS e SINTEGO/GO. As demais entidades – SINTEP/MT e SINTET/TO – fizeram o mesmo entre 2008 e 2009.

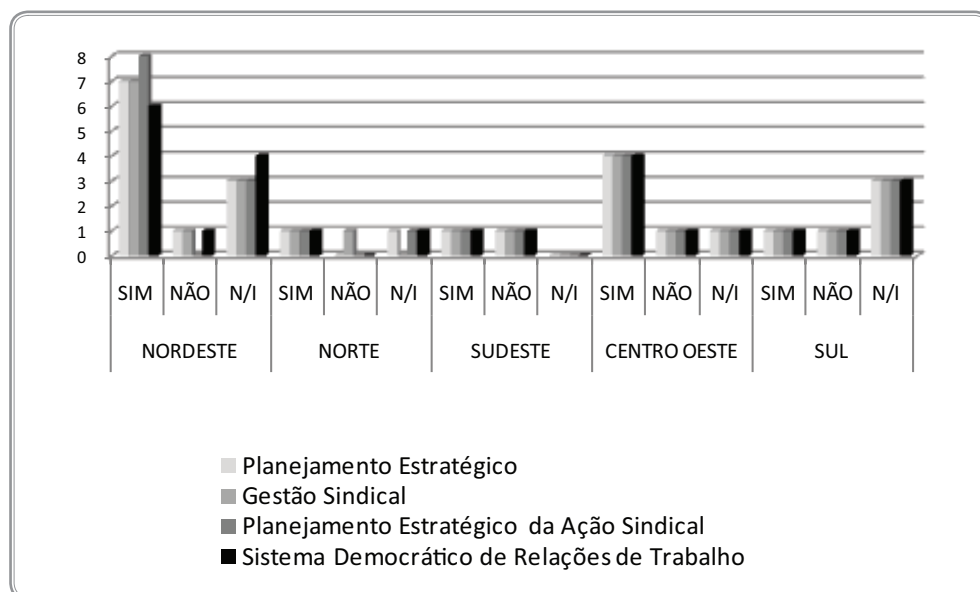
Três entidades da Região Sul (SINTE/SC, SINTERG/RS e SINPROSM/RS) deixaram de informar a respeito dos seus trabalhos com os fascículos do Eixo 2. A APP/PR realizou os trabalhos entre 2008 e 2009, à exceção de um fascículo, não informado. O SISMMAC/PR desenvolveu todas as atividades em 2010.

### *Eixo 3 – Planejamento e ação sindical*

Conforme se pode ver no Gráfico 4, entidades afiliadas da Região Centro- -Oeste conseguiram dar conta dos fascículos do Eixo 3. O SINTET/TO e o SINTEP/MT o fizeram no período de 2009 a 2011; o SINTEGO/GO a eles se dedicou entre 2009 e 2010; e a FETEMS/MS, em 2010. A entidade SAE/DF informou ter deixado de realizar qualquer atividade referente aos fascículos do eixo e o SINPRO/DF nada informou, justificando-se por carta encaminhada à CNTE.

Entre as entidades afiliadas da Região Nordeste, 4 delas nada informaram acerca da aplicação dos fascículos do Eixo 3 (SINPROESEMMA/MA, SINPROJA/PE, APE-OC/CE e SIMPERE/PE). A APLB/BA somente concluiu o terceiro fascículo em 2008 e deixou de se manifestar em relação aos demais; a entidade do Piauí (SINTE/PI) concluiu todos em 2007 e o SINTEPE/PE fez o mesmo em 2009. Duas outras entidades (SINTEP/PB e SINDIPEMA/SE) os concluíram, respectivamente, no período de 2009 e 2010. O SINTEAL/AL planeja concluí-los no ano corrente, 2011. O SINTE/RN concluiu todas as atividades, sem, porém, informar o ano.

**Gráfico 4 – Eixo 3 – Utilização de fascículos referentes a Planejamento e Ação Sindical.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

As duas entidades da Região Norte dividiram-se: uma trabalhou todos os fascículos entre 2009 e 2010 (SINSEPEAP/AP) e a outra (SINTEPP/PA) informou sobre a realização de atividades do fascículo *Planejamento Estratégico – O Método*, deixando, porém, de informar acerca dos outros 3 e dos respectivos anos de realização.

As entidades da Região Sudeste apresentaram informações distintas; uma realizou todas as atividades (SIND-UTE/MG) entre 2009 e 2010 e a outra não as realizou (SINDIUPES/ES).

Na Região Sul, a maioria nada informou a respeito (SINTERG/RS, SINTE/SC, SIM-PROSM), possivelmente por não terem tido condições de fechar os trabalhos com os fascículos do Eixo 3; somente uma atingiu o objetivo (APP/PR), fazendo-o em 2009. Já a entidade SISMMAC/PR informou não tê-los realizados.



Pelo que se pode ver, 2007 e 2009 foram os anos em que mais se trabalharam fascículos. Em 2008 e 2010, o trabalho foi menor. E em 2010, quase nenhum. Tal constatação parece evidenciar uma relação direta entre as atividades políticas dos anos eleitorais e grandes eventos, como a Copa do Mundo, tamanho o impacto sobre o calendário de atividades do Programa de Formação. Essa relação, no entanto, é uma hipótese que merece ser pensada. Mas, quem sabe, seria conveniente criar calendários de atividades que sejam não coincidentes com anos eleitorais e grandes eventos que mobilizam a sociedade brasileira? É uma questão.

#### *Eixo 4 – Temas transversais*

O Eixo 4 permitia que as entidades afiliadas à CNTE desenvolvessem atividades em torno de temas de seu interesse e a partir de suas próprias necessidades. No instrumento de coleta de dados, elas deveriam indicar que atividades desenvolveram para a formação de dirigentes, a forma da atividade e o ano de realização. As tabelas a seguir indicam, por região, os resultados encontrados a respeito.

**Tabela 2 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Nordeste.**

REGIÃO NORDESTE				
ENTIDADE	TEMAS	FORMAS	ANO	NÃO INDICADO
SINPROJA/PE				X
SINPROESEMA				X
APLB/BA	História da classe operária no Brasil Reforma da educação	Palestra Seminário	N/I	
APEOC/CE	Direitos jurídicos da categoria	Palestras Seminários	N/I	X
SINDIPEMA/SE				X
SINTEAL/AL				X
SINTEPE/PE	FUNDEB Igualdade de gênero Saúde do trabalhador/a Gestão democrática	Diversos	2007/ 2009	

REGIÃO NORDESTE				
ENTIDADE	TEMAS	FORMAS	ANO	NÃO INDICADO
SINTE/PI	Teoria e prática da comunicação sindical Negociação salarial Gestão sindical	Seminários Oficinas	2008/ 2010	
SIMPERE/PE				X
SINTEP/PB	Relações de gênero Análise de conjuntura Relações interpessoais com a direção da entidade Situação financeira do Estado da Paraíba FUNDEB	Seminários	2007 2008 2009 2010	
SINTE/RN				X

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 3 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Norte.**

REGIÃO NORTE				
ENTIDADE	TEMAS	FORMAS	ANO	NÃO INDICADO
SINSEPEAP/AP	FUNDEB Gestão democrática da educação	Oficina Seminário	N/I	
SINTEPP/PA				X

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 4 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Sudeste.**

REGIÃO SUDESTE				
ENTIDADE	TEMAS	FORMAS	ANO	NÃO INDICADO
SIND-UTE/MG	Plano decenal CONEB CONAE Gênero	Palestras Oficinas Seminário	N/I	
SINDIUPES/ES	FUNDEB Diversidade sexual Saúde do professor/a Estatuto do magistério (municipal)	Seminário	N/I	

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 5 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Centro-Oeste.**

REGIÃO CENTRO-OESTE				
ENTIDADE	TEMAS	FORMAS	ANO	NÃO INDICADO
SINPRO/DF				X
SINTEGO/GO				X
SINTET/TO	Concomitante com os eixos	As mesmas	2009 2010 2011	
FETEMS/MS	Gênero Raça Etnia Financiamento da educação Previdência Outros	Seminários Encontros Palestras Debates	N/I	

REGIÃO CENTRO-OESTE				
ENTIDADE	TEMAS	FORMAS	ANO	NÃO INDICADO
SINTEP/MT	Redes municipais Jurídico SPE Funcionários/as	N/I	N/I	
SAE/DF				X

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 6 – Atividades e respectivas formas e anos de realização – Região Sul.**

REGIÃO SUL				
ENTIDADE	TEMAS	FORMAS	ANO	NÃO INDICADO
SINTERG/RS				X
SINTE/SC				X
APP/PR	Concepção e prática sindical Planejamento estratégico – Método Sistema democrático de relações de trabalho Gestão sindical Planejamento estratégico da ação sindical	N/I	2009/ 2010	
SINPROSM/RS	Trabalho hoje Mundo do trabalho e crise capitalista Saúde do professor Violência na escola Autoestima do professor/a	Seminários	2007/ 2010	
SISMMAC/PR				X

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

O conjunto de temas – transversais ou não – discutidos de Norte a Sul, conforme as demandas locais, regionais e momentâneas, já o dissemos, pode incorporar

aspectos positivos de enriquecimento extra-Programa de Formação. Mas, por outro lado, também requer uma reflexão com profundidade, porque a dispersão temática que as entidades afiliadas produzem – e o Eixo 4 tende a dela ser favorecedor – pode ocasionar uma compreensão equivocada dos seus objetivos. Tal dispersão também pode ser compreendida como desordem, isto é, como um conjunto de elementos espalhados; o termo “espalhado”, aliás, em seu sentido etimológico, traz consigo a ideia de esterilidade, de desunião.

Sob essa ótica, a abordagem que aqui fazemos acerca da constatada dispersão temática, por mais inconveniente que possa parecer, não é descabida ou fruto de arrogância acadêmica. Ela deriva diretamente do método de análise que utilizamos neste relatório, fundado no materialismo histórico-dialético. Esse método tem a propriedade de nos levar a considerar os fenômenos produzidos historicamente pelos homens e mulheres com radicalidade, isto é, no sentido de descer às suas raízes para apreender como se manifestam em si mesmos e o que escondem. Ao nos indagarmos sobre o que essa dispersão temática deixa transparecer e o que, ao mesmo tempo, esconde, não há outro objetivo senão o de captar a sua essência e compreendê-la em sua totalidade. O que tal dispersão temática imediatamente nos transparece e serve para justificar a sua existência, já sabemos, é o “enriquecimento teórico e prático” dos trabalhadores/as que participam de atividades formativas do Programa de Formação da CNTE. Mas, e o que esconde? O que, parece-nos, ela deixa na penumbra e acaba por enfraquecer e evitar é a virtude e a força revolucionária do conhecimento aprofundado, sistematizado; o conhecimento da realidade concreta. O fato de esconder essa realidade implica isolar o conhecimento, fracioná-lo, dispersá-lo, impedindo-o de ser apreendido no horizonte da totalidade, como Karel Kosik (1976) nos ensina.

Com mais radicalidade ainda, é possível afirmarmos que essa prática desenvolve o processo de alienação. Nela, o aprofundamento metódico dos temas fica postergado, sobressaem formas de aligeiramento e superficialização. A informação disseminada em palestras, seminários e por meio de outras formas de socialização do conhecimento, rapidamente, tende a se tornar um produto de consumo imediato, inconsequente, que se evanesce com a primeira brisa.

Essa dispersão temática, contudo, não pode ser simplesmente tomada em sua imediatividade fenomênica e relegada. Ela merece ser considerada um importante ponto a ser discutido, oportuna e profundamente, pelos coordenadores do Programa de Formação. Como intelectuais orgânicos, são os mais indicados dirigentes para imprimir organicidade ao Eixo 4 do Programa de Formação da CNTE. Quem sabe, a começar pela definição de prioridades que podem integrar o eixo? Quem sabe, articulando determinados temas próprios do Eixo 4, como os conteúdos escolares, os métodos de ensino, a perda de autonomia dos docentes, a standardização da educação e as diversas formas atuais de controle escorchantes do trabalho docente?

*Turmas previstas e criadas*

As entidades afiliadas, em relação aos 4 eixos, tinham previamente definido não só o número de turmas como o quantitativo de cinquenta cursistas por turma, podendo, no entanto, ampliar esse número conforme critérios próprios.

Quanto a tais aspectos, a seguir apresentamos, em tabelas e gráficos, o que as entidades conseguiram consolidar no período de realização do Programa de Formação da CNTE – 2007/2010.

**Tabela 7 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Nordeste.**

ENTIDADE	Nº DE VAGAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS CRIADAS	Nº DE INSCRITOS/AS	NÃO INFORMADO
SINTEP/PB	50	1	1	50	
SIMPERE/PE					X
SINTE/PI	50	1	1	50	
SINTEPE/PE	50	1	11	1.134	
SINTEAL/AL	50	1	0	50	
SINDIPEMA/SE	50	1	1	40	
APEOC/CE	50				X
SINPROJA/PE	50	1	0	51	
SINPROEEMMA/MA	50	1	1	50	
APLB/BA	100	2	1	38	
SINTE/RN	50	1	1	50	
<b>TOTAL DE INSCRIÇÕES</b>			<b>17</b>	<b>1513</b>	

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 8 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Norte.**

ENTIDADE	Nº DE VAGAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS CRIADAS	Nº DE INSCRITOS/AS
SINSEPEAP/AP	50	1	2	80
SINTEPP/PA	50	1	8	320
<b>TOTAL DE INSCRIÇÕES</b>			<b>10</b>	<b>400</b>

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 9 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Sudeste.**

ENTIDADE	Nº DE VAGAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS CRIADAS	Nº DE INSCRITOS/AS
SINDIUPES/ES	50	1	0	0
SIND-UTE/MG	100	1	1 (estadual)	120
	500	12	11 (regionais)	451
<b>TOTAL DE INSCRIÇÕES</b>			<b>12</b>	<b>571</b>

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 10 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Centro-Oeste.**

ENTIDADE	Nº DE VAGAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS CRIADAS	Nº DE INSCRITOS/AS	NÃO INFORMADO
SINPRO/DF					X
SINTEP/MT	50	1	15	750	
FETEMS/MS	50 (para cada eixo)	1 (por eixo)	2 (por eixo)	197 (nos três eixos)	
SINTET/TO	50	1	1	94	
SINTEGO/GO	50	1	0	50	



ENTIDADE	Nº DE VAGAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS CRIADAS	Nº DE INSCRITOS/AS	NÃO INFORMADO
SAE/DF					X
<b>TOTAL DE INSCRIÇÕES</b>			<b>22</b>	<b>1091</b>	

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 11 – Participantes do Programa de Formação da CNTE, por vagas, turmas e inscritos – Região Sul.**

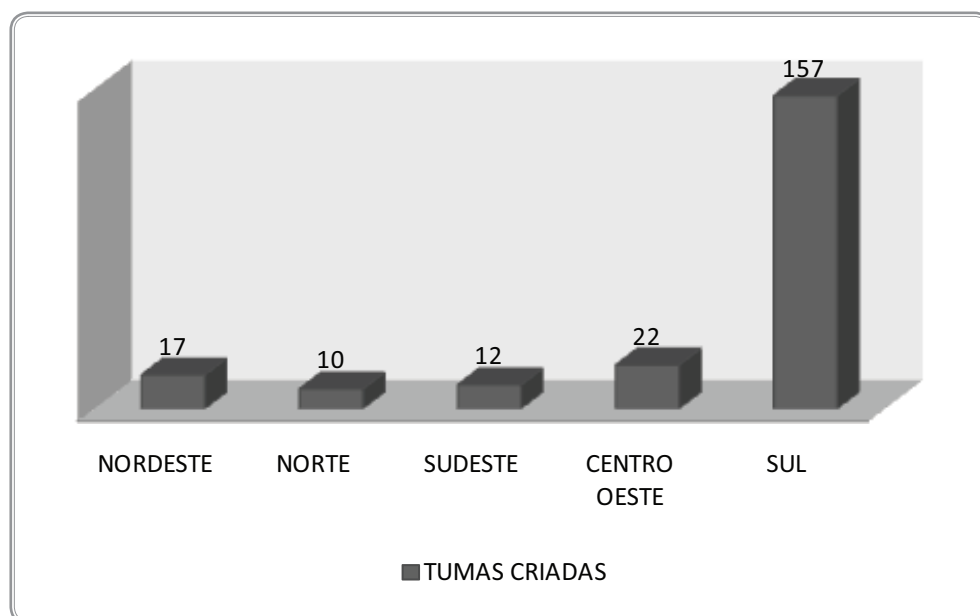
ENTIDADE	Nº DE VAGAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS CRIADAS	Nº DE INSCRITOS/AS	NÃO INFORMADO
APP/PR	50	1	32 – 2007 35 – 2008 42 – 2009 47 – 2010	1100 1278 1724 1500	
SINTE/SC					X
SINTERG/RS					X
SINPROSM/RS					X
SISMMAC/PR	50	1	1	46	
<b>TOTAL DE INSCRIÇÕES</b>			<b>157</b>	<b>5648</b>	

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Como se pode observar, no período de realização do Programa de Formação da CNTE, foram criadas 214 turmas. Comparativamente, a Região Sul foi a que mais as criou e atingiu o total de 157 turmas. A Região Centro-Oeste criou 18 turmas; a Região Nordeste, 17; a Região Sudeste, 12; e a Região Norte, 10.

O Gráfico 5, a seguir, favorece a comparação regional quanto à criação de turmas pelas entidades afiliadas participantes.

**Gráfico 5 – Criação de turmas, por região geográfica.**

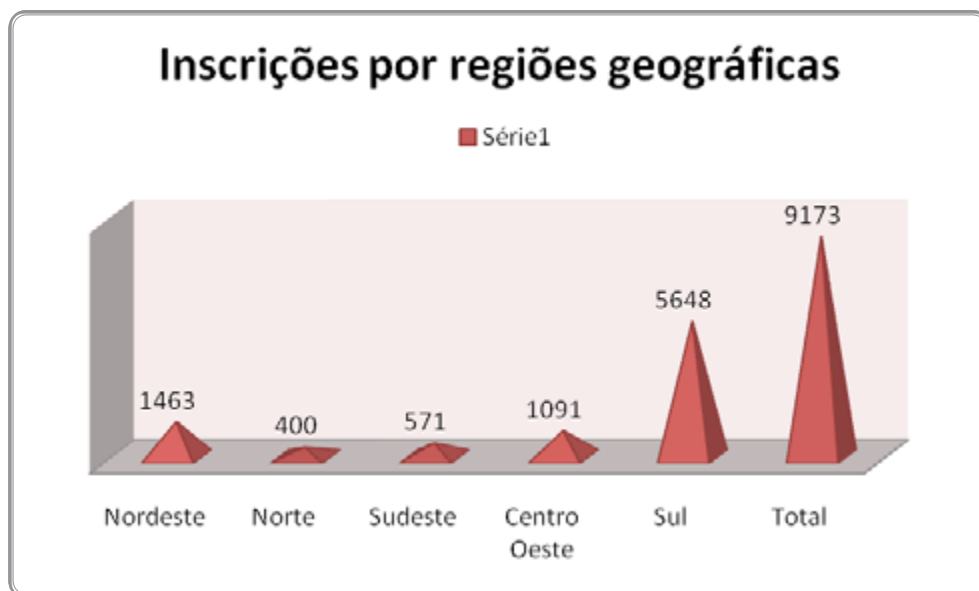


Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

### *Inscrições por região geográfica*

Por sua vez, o número de inscrições por região, demonstrado no Gráfico 6, a seguir, foi elevado, compreendendo 9.173 cursistas. Somente na Região Sul, o número de cursistas inscritos chegou a 5.648. Na Região Nordeste, este número atingiu a soma de 1.463; na Região Sudeste, 571; na Região Norte, 400; e na Região Centro-Oeste, 1.091.

Gráfico 6 – Número de inscrições, por região geográfica.



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

### Concluintes das atividades de formação

Para evidenciar quantos foram os concluintes das atividades de formação, as tabelas e gráficos, a seguir, demonstram os resultados, por região<sup>2</sup>, ou seja, quantos foram, por eixo e com recortes de gênero.

## REGIÃO NORDESTE

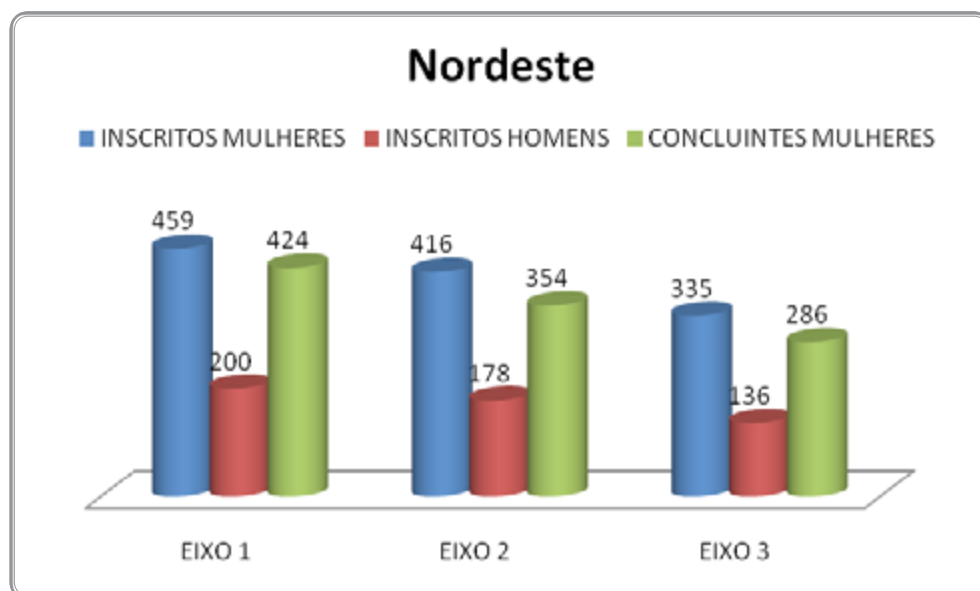
Tabela 12 – Inscritos e concluintes – Região Nordeste.

EIXO	INSCRITOS		CONCLUINTES	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
EIXO 1	459	200	424	161
EIXO 2	416	178	354	152
EIXO 3	335	136	286	112

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

<sup>2</sup> Deixamos de apresentar a tabela e o gráfico referentes à Região Norte, na medida em que as entidades da região não enviaram dados a respeito.

**Gráfico 7 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Nordeste.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Verifica-se que, em todos os eixos, o quantitativo de mulheres é maior que o de homens. Dessa maneira, a predominância do gênero feminino expressa a mesma superioridade das mulheres que já se verifica no campo da educação.

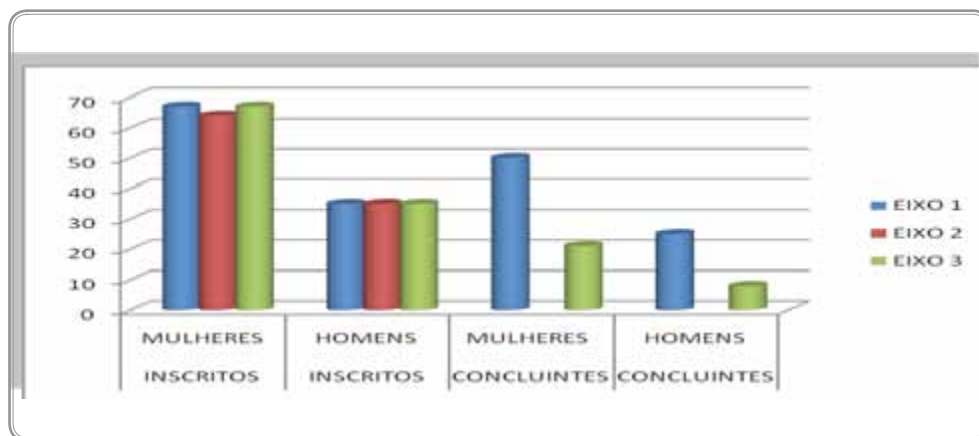
## REGIÃO SUDESTE

**Tabela 13 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Sudeste.**

EIXO	INSCRITOS		CONCLUINTES	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
EIXO 1	67	35	50	25
EIXO 2	67	35	-	-
EIXO 3	67	35	21	8

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Gráfico 8 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Sudeste.



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

## REGIÃO CENTRO-OESTE

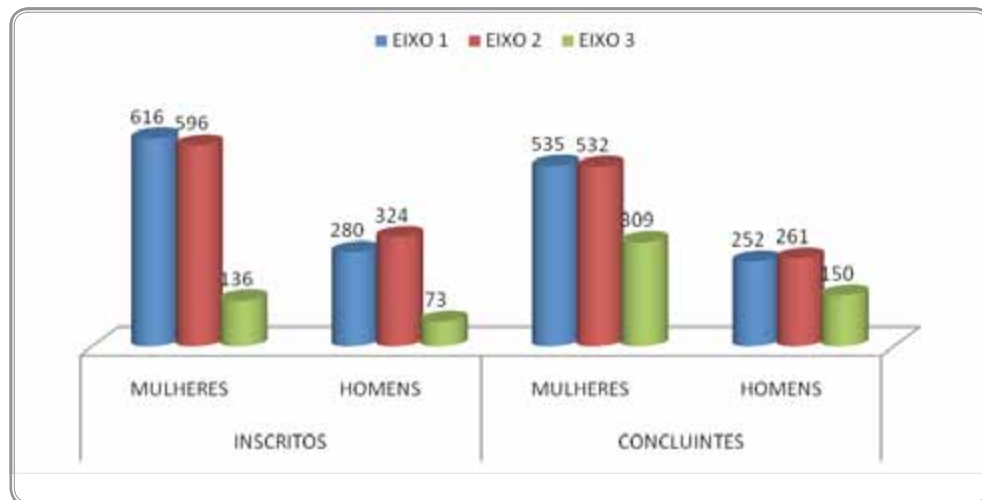
Tabela 14 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Centro-Oeste.

EIXO	INSCRITOS		CONCLUINTES	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
EIXO 1	616	280	535	252
EIXO 2	596	324	532	261
EIXO 3	136	73	309	150

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

O SAE/DF e o SINPRO/DF nada informaram.

**Gráfico 9 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Centro-Oeste.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

## REGIÃO SUL

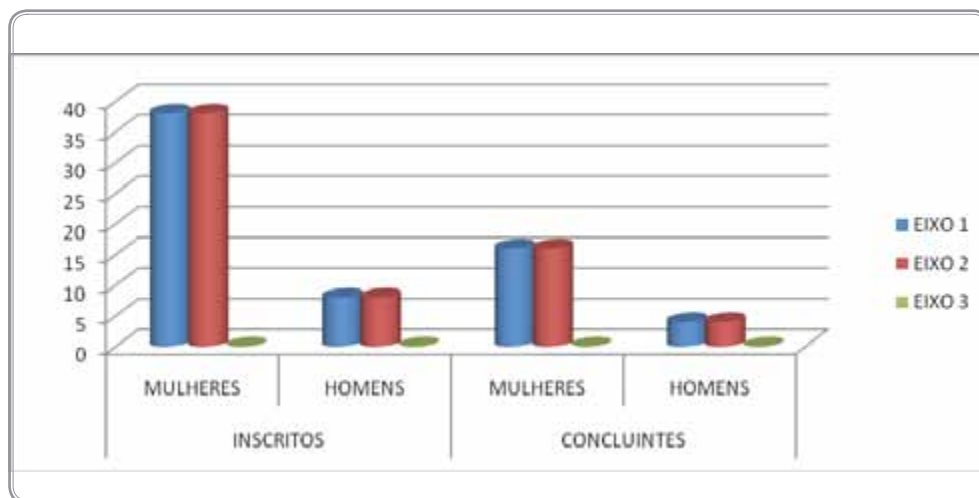
**Tabela 15 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Sul.**

EIXO	INSCRITOS		CONCLUINTES	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
EIXO 1	38	8	16	4
EIXO 2	38	8	16	4
EIXO 3	0	0	0	0

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Deixaram de fornecer informações o SINPROSM/RS, SINTE/SC e SINTERG/RS.

**Gráfico 10 – Inscritos e concluintes, por eixo e gênero – Região Sul.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Em relação ao quantitativo de turmas, inscritos e concluintes, somente considerando o universo das entidades participantes, os dados traduzem um volume de trabalho, no cotidiano das entidades afiliadas, que corrobora nosso entendimento, prestando-se para nos aproximar da comprovação da hipótese levantada anteriormente quanto ao acúmulo de rotinas que absorvem grande parte do tempo das equipes dirigentes. Mas, para além da grandiosidade dos números, dois aspectos importantes merecem relevo:

1. há discrepâncias numéricas entre as indicações contidas nas tabelas e gráficos da sessão *Inscrições por região geográfica*. Essa discrepância ocorreu produzida por informações enviadas pelas entidades afiliadas participantes;
2. a maciça participação de mulheres no Programa de Formação – somente considerando o universo das entidades participantes, 2.729 mulheres nele se inscreveram e 2.543 conseguiram concluí-lo. Essa frequência de concluintes representa 69,25%;
3. o quantitativo de concluintes do Programa, dos dois gêneros, no mesmo universo de participantes – o total chega a impressionantes 3.672 participantes trabalhadores/as em educação.

Mesmo que não tenhamos informações quanto aos trabalhadores/as em educação em seu conjunto, sabemos que o magistério é, hoje, uma profissão predominantemente



feminina. Assim sendo, a grande participação de mulheres na vida sindical não é uma surpresa, até porque elas integram o movimento de emancipação que vem-se realizando há bastante tempo. Em todos os setores da vida econômica, política, cultural etc., a participação das mulheres significa uma mudança tão profunda na sociedade que Hobsbawm (1995) a considera revolucionária, na obra em que traça as características d'O Breve Século XX.

No Brasil de hoje, como parte desse movimento, as mulheres já são maioria na educação brasileira, sobretudo a partir do ensino médio. Estudo divulgado pelo MEC/INEP e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com recorte de tempo entre 1996 e 2003, revela, inclusive, que

a participação das mulheres na educação superior surpreende não apenas pela maior presença no número de matrículas de graduação, mas também pela sua crescente presença no corpo docente das universidades, nos níveis mais elevados de titulação. Enquanto o número de docentes homens cresceu 67,9% de 1996 a 2003, o número de docentes mulheres aumentou em 102,2%. (BRASIL, 2005).

O papel desempenhado pelas mulheres em nossa sociedade, particularmente pelas mulheres casadas, é cada vez mais crescente. De novo recorremos a Hobsbawm (1995) para concordar com ele que são tangíveis os sinais de mudanças significativas, e até mesmo revolucionárias, seja nos que diz respeito as expectativas das mulheres sobre elas mesmas, seja acerca das expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade.

Várias mulheres ocupam, hoje, diversas chefias de Estado e de Governo, no Brasil e no mundo. Dentre elas, destacamos, como chefes de Estado, a nossa Presidente Dilma Rousseff, primeira mulher eleita Presidente do Brasil; Cristina Kirchner, Presidente da Argentina; Laura Chinchilla, Presidente da Costa Rica; e a Chanceler Angela Merkel, Chefe de Governo da Alemanha. Na própria diretoria da CNTE, incluindo cargos da Secretaria Executiva, elas ocupam 8 importantes lugares, dos 21 existentes.

Nas diretorias e nas bases dos sindicatos de trabalhadores/as em educação, a mesma mudança revolucionária atestada por Hobsbawm verifica-se. Não por acaso, as mulheres formam a maioria inscrita e concluinte do primeiro Programa de Formação da CNTE nas entidades afiliadas que o promoveram, em todas as regiões geográficas brasileiras.

O segundo aspecto a ser notado, diz respeito ao quantitativo de concluintes do Programa, dos dois gêneros, no mesmo universo de participantes, sobretudo porque permite fazermos conjecturas a respeito do papel que o citado Programa vem desempenhando na formação de novos quadros dirigentes e na sua luta para a melhor qualificação dos próprios militantes, indispensável à mobilização sindical.

A hipótese de o Programa de Formação da CNTE estar se constituindo numa autêntica escola de formação humana, com condições de oferecer meios de ascensão

profissional, para além do campo de atuação sindical, pode ser considerada real e tem a ver com o problema que a Secretaria de Formação da CNTE formula. Nesse sentido, a questão que lhe corresponde pode ser elaborada da seguinte maneira: o Programa de Formação da CNTE está ou não proporcionando condições, como efeito social subjetivo decorrente da obtenção de um diploma ou certificado de conclusão do Programa de Formação, para a mobilidade social de trabalhadores/as em educação, para além dos seus quadros?

Antes, no entanto, de tentar responder à questão, é necessário admitirmos que tal Programa de Formação não se pretende – nem tem a intenção de tornar-se – uma escola de formação, como muitas outras instituições de ensino, públicas e particulares, existentes no país. Sua missão explícita é promover a formação de dirigentes sindicais para a mobilização sindical dos trabalhadores/as em educação, no campo da luta político-econômica, onde se diglodia capital *versus* trabalho.

Nossa reflexão a respeito leva-nos a pensar no mundo que nos cerca, marcado pela competitividade, onde diplomas se prestam muito mais para a ascensão individual do que para o envolvimento de quem os adquire em lutas coletivas. No entanto, também é preciso considerar, as pessoas nem sempre se movem com intentos de sempre tirar proveito das situações. A grande maioria, certamente, tem nobres ideais, valores e convicções. Contudo, isso só não é suficiente, é preciso ter determinadas atitudes. Kosik (1969) nos ajuda quando emprega as metáforas da *bela alma*, do *comissário* e do *revolucionário* para distinguir as pessoas e suas atitudes.

Na perspectiva em que ele situa a sua metáfora, as pessoas com uma *bela alma* nada resolvem, ou melhor, são imobilizadoras e, podemos acrescentar, o individualismo é o mundo no qual existem. Primeiro, pensam em si mesmas, nada impedindo serem amáveis e populares. Nada lhes impede frequentar determinados círculos e movimentos sociais em benefício próprio. Os *comissários*, por sua vez, têm outras atitudes, mas sempre provocam a passividade entre os homens. São desmobilizadores, apesar das suas intenções reformistas, que, invariavelmente, transformam-se em práticas deformadoras, superficialmente reformistas. A busca da harmonia entre o bem e o mal, da forma como os comissários a propõem, é apassivante e conservadora do *status quo*. São as pessoas com atitude revolucionária, no entendimento de Kosik, as que devem prevalecer, em oposição à antinomia *bela alma-comissário*. Possivelmente, é a elas que Brecht teria se referido poeticamente como “aqueles que lutam toda a vida e são imprescindíveis.”

Essas três *almas* estão presentes em todos os grupos e movimentos sociais, queiram ou não. Nada impede que as primeiras queiram viver da política, fazendo dela uma lucrativa fonte de renda pessoal, nem que nos forneçam razões para explicar o êxodo de muitas lideranças sindicais em busca de postos políticos nas esferas da administração governamental, criando as alegadas dificuldades que a CNTE enfrenta

para a renovação de seus quadros de mobilização, seja em seu próprio âmbito, seja no de todas as entidades afiliadas.

Diversos estudos acadêmicos<sup>3</sup> podem nos comprovar o impacto positivo de determinados cursos de formação na capacitação de muitas *almas* que logo buscam alcançar novas posições sociais. É compreensível, portanto, que a Secretaria de Formação da CNTE reaja a tal êxodo, vendo nele um problema causal quanto a um possível enfraquecimento político e de desequilíbrio interno. Seu Programa de Formação, afinal, deveria, mesmo que não exclusiva, mas basicamente, servir para consolidar e alargar posições políticas, e para reproduzir e socializar os seus interesses, ideologias e valores sociais. A reação que essa Secretaria expressa coloca em evidência o contrassenso, ou a contradição, entre os interesses da CNTE e os dos cursistas que parecem fazer, em benefício próprio, as atividades do Programa de Formação.

Tal êxodo, entretanto, não é específico do campo de formação e atuação sindical, nem pode ser estancado. O mesmo ocorre em outros setores da vida política e econômica. Contudo, parece ser razoável pensarmos na hipótese de que os trabalhadores/as em educação, mormente em conjuntura de pequena mobilização sindical, tendam a realizar os seus projetos de ascensão social conforme os seus próprios interesses, ideologias e valores, sempre relacionados às posições que podem adquirir, em especial, na estrutura de poder. Na perspectiva em que Florestan Fernandes (2008) coloca a questão da mobilidade social, é bem razoável admitir que há cursistas que procedem sem a perspectiva da totalidade, isto é, como se as mudanças mais amplas não confluíssem para vantagens comuns.

Embora, nos limites deste relatório, tais questionamentos possam parecer um contrassenso, eles pretendem somente trazer à tona uma reflexão a merecer posteriores aprofundamentos, demorados e acompanhados de investigação, com o objetivo de captar a essência determinante do fenômeno. O foco da investigação e das reflexões não deve, no entanto, se fixar exatamente no êxodo como fenômeno generalizado e difícil de ser interrompido. O problema pode ser muito grave se a migração for feita, sobretudo, pelas *almas revolucionárias*, de modo a provocar a predominância, no sindicalismo do campo educacional, da base ao topo, somente de *belas almas* e *comissários*, conforme a metáfora de Kosik. Seria o caso, então, de investigarmos a qualidade e destino de quem migra.

---

3 Para mais informações ver: CIAVATTA, M. A.; CASTRO, C. M. A contribuição da educação técnica à mobilidade social. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 36, p. 41-46, fev. 1981; FERREIRA, F. F. **Educação superior e mobilidade social: limites, possibilidades e conquistas**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006; REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000.

## Desenvolvimento do Programa junto à base

O item que tratou de apreender o conteúdo desta categoria procurou saber se a entidade afiliada desenvolveu ações de reaplicação do Programa de Formação da CNTE envolvendo a base da entidade. Sua resposta era simples, bastando sinalizar *sim* ou *não* e, quanto a ele, as entidades trouxeram os seguintes resultados, por região geográfica:

**Tabela 16 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Nordeste.**

SIM	NÃO	N/I
SINTEPE/PE SINPROSEMMA/MA SINPROJA/PE	SINTE/PI APEOC/CE SINDIPEMA/SE SINTEAL/AL SINTEP/PB SINTE/RN	SIMPERE/PE APLB/BA

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 17 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Norte.**

SIM	NÃO	N/I
SINTEPP/PA	SINSEPEAP/AP	-

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 18 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Sudeste.**

SIM	NÃO	N/I
SIND-UTE/MG	SINDIUPES/ES	-

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 19 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Centro-Oeste.**

SIM	NÃO	N/I
SINTEP/MT	SINTEGO/GO FETEMS/MS SINTET/TO SAE/DF	SINPRO/DF

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Tabela 20 – Desenvolvimento do Programa junto à base – Região Sul.**

SIM	NÃO	N/I
APP/PR	SINPROSM/RS SISMMAC/PR	SINTE/SC SINTERG/RS

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Apenas 7 entidades afiliadas de todas as regiões desenvolveram ações de reaplicação do Programa de Formação da CNTE envolvendo a base da entidade (26,92%). A maioria, o dobro, mais exatamente (14), não as desenvolveram (53,85%). Outras, nada informaram (19,23%).

### Formas de reaplicação do Programa junto à base

O conteúdo da categoria, investigado por meio deste item, visou a apreender se as bases das entidades foram atendidas por alguma atividade de formação. Em caso positivo, as entidades afiliadas deveriam especificar as formas de reaplicação que desenvolveram.

Na Região Nordeste, algumas entidades reaplicaram o Programa, com formas diferenciadas de desenvolvimento (SINTEAL/AL, APLB/BA, SINPROJA/PE, SINTEPE/PE e SINPROESEMMA/MA). Outras entidades deixaram de desenvolver ações de reaplicação do Programa de Formação da CNTE junto à base (SINTE/PI, SINTEP/PB, SINDIPE-MA/SE, APEOC/CE, SINTE/RN). O SIMPERE/PE nada informou acerca de ações de reaplicação.

A reaplicação do Programa pelas entidades afiliadas dessa região adquiriram diversas formas: reaplicação da totalidade dos fascículos (SINTEPE/PE); duplicação dos fascículos do Eixo 1 – *Introdução à Sociologia e Teoria Política*, para reaplicação em

algumas regionais (SINPROESEMMA/MA); inserção de trabalhadores/as em educação nas turmas do Programa de Formação junto à direção (SINTEAL/AL); realização de curso de formação política (APLB/BA); e realização de conferências e congressos (SINTEP/PB). Outras entidades nada informaram sobre o motivo pelo qual deixaram de desenvolver o Programa junto à base (APEOC/CE, SINPROJA/PE, SINTE/PI, SINDIPEMA/SE, SIMPERE/PE e SINTE/RN).

Na Região Norte, somente o SINTEPP/PA reaplicou o Programa junto à sua base, sob o formato de seminários, debates, palestras, mesas redondas e outros meios não informados. Já o SINSEPEAP/AP deixou de desenvolver essa ação.

Na Região Sudeste, uma entidade também não o reaplicou (SINDIUEPES). O SIND-UTE/MG, por sua vez, reaplicou-o nas subsedes, após ter realizado os módulos estaduais, contemplando, além de dirigentes, representantes de escolas e outras lideranças.

Na Região Centro-Oeste, somente o SINTEP/MT reaplicou o Programa nas subsedes interessadas, fornecendo-lhes os fascículos. As demais (SINTET/TO, FETEMS/MS, SINTEGO/GO e SAE/DF) não realizaram nenhuma atividade específica de reaplicação. O SINPRO/DF nada informou.

Na Região Sul, a APP/PR organizou uma turma estadual – com representação de todos os seus vinte e nove Núcleos Sindicais e da diretoria estadual – e outras, nas regionais, possibilitando, dessa forma, formação para a categoria. As demais entidades participantes (SINTERG/RS, SISMMAC/PR, SINTE/SC e SINPROSM/RS) deixaram de informar sobre a realização desse tipo de trabalho.

### **Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa**

O conteúdo desta categoria de análise refere-se à reaplicação do Programa de Formação aos funcionários/as da educação e ao quantitativo de participantes desse segmento, por eixos e gêneros.

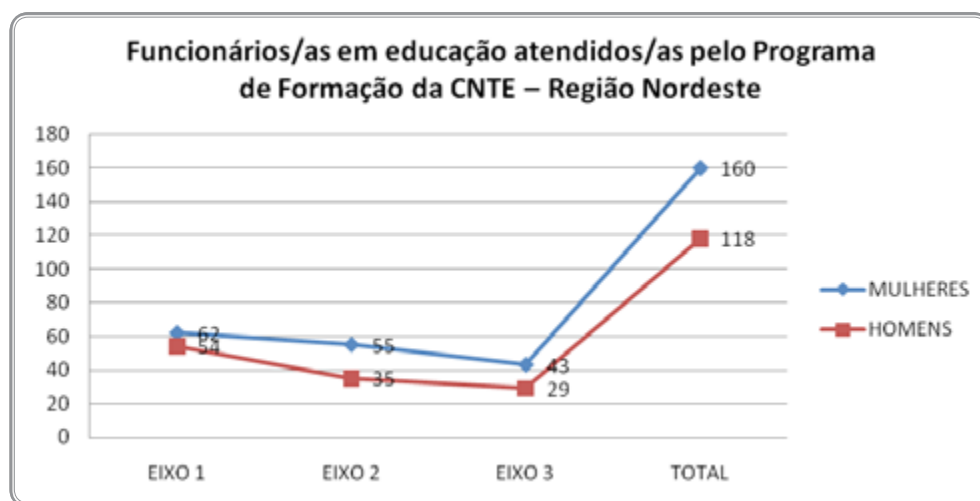
## REGIÃO NORDESTE

**Tabela 21 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa, por eixo e gênero – Região Nordeste.**

EIXO	MULHERES	HOMENS
EIXO 1	62	54
EIXO 2	55	35
EIXO 3	43	29
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>118</b>

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Gráfico 11 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa de Formação da CNTE – Região Nordeste.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

As entidades afiliadas que atenderam à categoria de funcionários/as da educação foram as seguintes: SINTEAL/AL, SINTE/PI, SINTEP/PB, APLB/BA e SINPROJA/PE. Deixaram de atender funcionários/as da educação as seguintes entidades: SINPROESEMMA/MA, SINTEPE/PE, APEOC/CE, SINDIPEMA/SE, SIMPERE/PE e SINTE/RN.



## REGIÃO NORTE

Na Região Norte, nenhuma entidade afiliada conseguiu atender aos funcionários/as da educação.

## REGIÃO SUDESTE

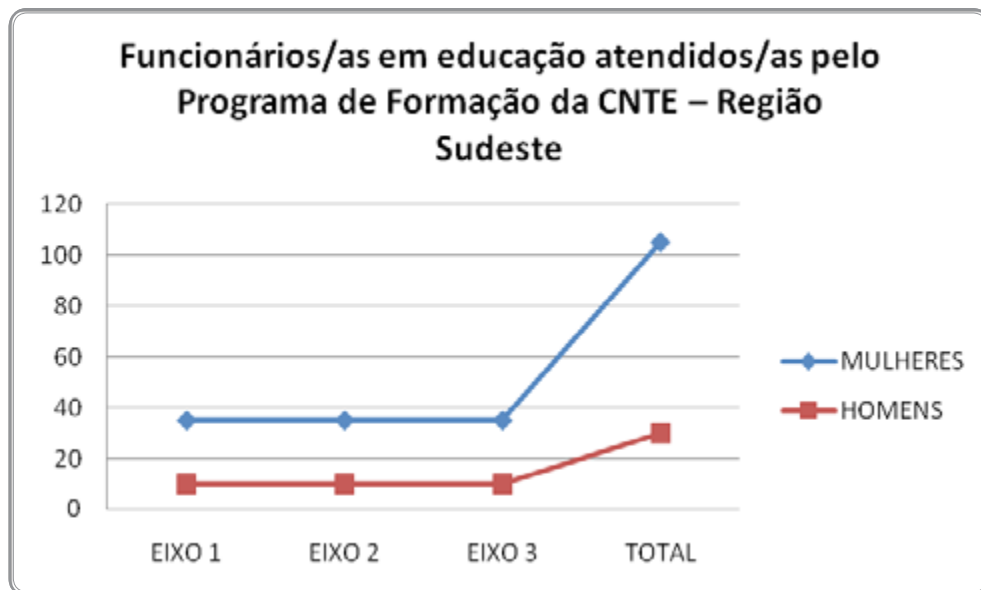
A tabela e o gráfico abaixo mostram o quantitativo de mulheres e homens, funcionários da educação, atendido com a aplicação do Programa de Formação por somente uma das entidades afiliadas participantes: SIND-UTE/MG. O SINDIUPES/ES deixou de atender os funcionários/as da educação.

**Tabela 22 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa, por eixo e gênero – Região Sudeste.**

EIXO	MULHERES	HOMENS
EIXO 1	35	10
EIXO 2	35	10
EIXO 3	35	10
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>30</b>

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Gráfico 12 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa de Formação da CNTE – Região Sudeste.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

## REGIÃO CENTRO-OESTE

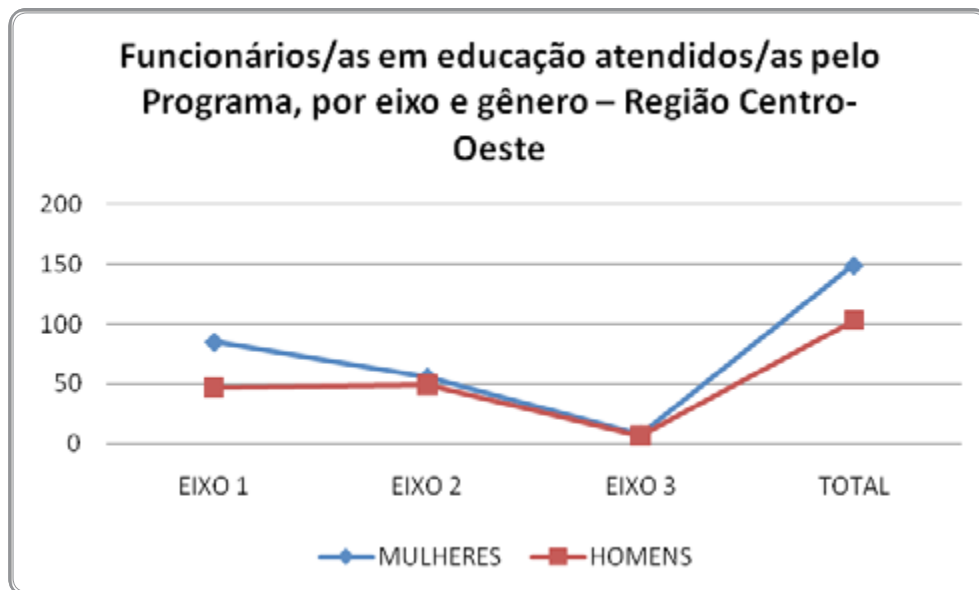
As entidades afiliadas que atenderam aos funcionários/as da educação foram as seguintes: SINTET/TO, SINTEP/MT, SINTEGO/GO e FETEMS/MS. As demais, SAE/DF e SINPRO/DF, deixaram de atender.

**Tabela 23 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa, por eixo e gênero – Região Centro-Oeste.**

EIXO	MULHERES	HOMENS
EIXO 1	85	47
EIXO 2	56	49
EIXO 3	8	7
TOTAL	149	103

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Gráfico 13 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa de Formação CNTE – Região Centro-Oeste.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

## REGIÃO SUL

Nesta região, somente o SISMMAC/PR atendeu a funcionários/as da educação, mesmo assim, a apenas uma funcionária. Todas as demais entidades afiliadas da região, por alguma razão particular, deixaram de aplicar o Programa de Formação a funcionários/as da educação (SINPROSM/RS, SINTERG/RS, APP/PR<sup>4</sup> e SINTE/SC).

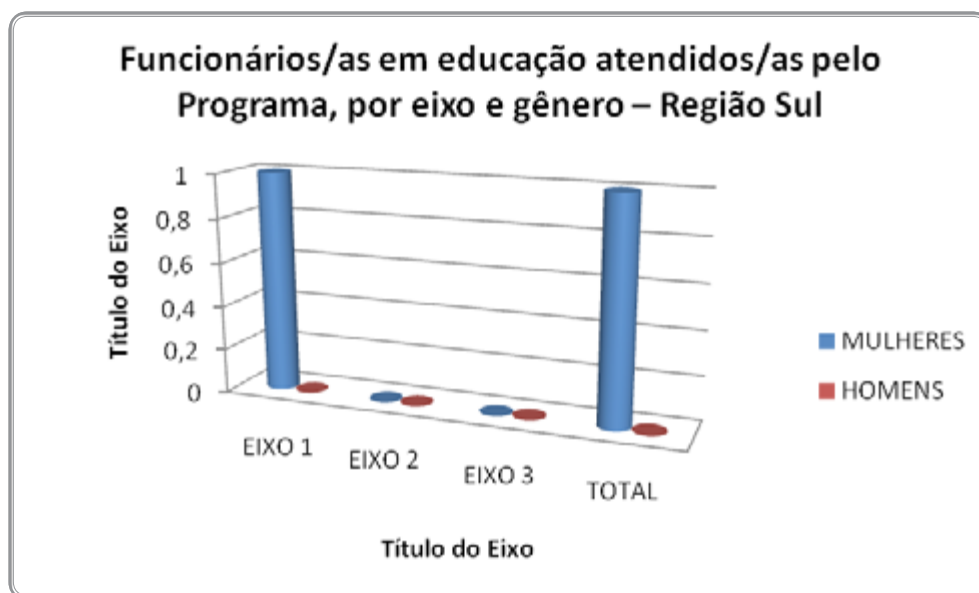
<sup>4</sup> É importante ressaltar que a APP Sindicato/PR desenvolveu um Programa com grande alcance estadual. Entretanto, o dado referente a gênero não compunha, à época, o formulário de inscrição.

**Tabela 24 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa, por eixo e gênero – Região Sul.**

EIXO	MULHERES	HOMENS
EIXO 1	1	0
EIXO 2	0	0
EIXO 3	0	0
TOTAL	1	0

Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

**Gráfico 14 – Funcionários/as da educação atendidos/as pelo Programa de Formação CNTE – Região Sul.**



Fonte: Grupo de Pesquisa História em Movimento – PPFH/UERJ/CNTE.

Entre as 26 entidades afiliadas, somente 11 viabilizaram a participação de funcionários/as da educação nas atividades formativas do Programa de Formação da CNTE (42,30%). Essa constatação nos coloca frente a um fato importante e merecedor de atenção. O Estatuto em seu art. 1º, explicita claramente ser a CNTE “integrada pelos trabalhadores em educação – professores, funcionários da educação e pedagogos/especialistas – ativos e aposentados, efetivos e contratados [...]”. O art. 2º, letra “a”, reforça o anterior:

a CNTE tem como finalidade congregar trabalhadores em educação (professores, pedagogos/especialistas e funcionários da educação) em nível nacional, por meio de entidades a ela filiadas, com o objetivo de defesa dos interesses da categoria, da educação e do País. (CNTE, 2011).

O que pode, então, justificar a viabilização da participação de funcionários/as da educação por menos da metade das entidades participantes (42,3%) nas atividades formativas do Programa, realizadas em nível nacional? Estarão as entidades afiliadas reproduzindo as mesmas práticas sobre as quais reclamam, ou seja, a dificuldade e cerceamento da disponibilidade de sindicalistas para se envolverem nas causas sindicais?

O Manifesto de Gracchus Babeuf ao Povo da França, datado de 1796, certamente pode nos ajudar na superação desse problema, pois, afinal, todos os segmentos dos/as trabalhadores/as em educação – professores/as, funcionários/as da educação e pedagogos/especialistas, ativos e aposentados/as, efetivos/as e contratados/as – devem ser tratados/as com a mesma igualdade pela qual lutava o chefe da Conspiração dos Iguais, para quem a igualdade é a promessa mais natural que se faz ao ser humano, a primeira necessidade e o pressuposto de toda associação legítima. Ou será que, no âmbito de uma entidade como a CNTE, que propugna pela igual integração de todos os trabalhadores/as em educação, é aceitável que a igualdade entre eles não vá além de “uma bela e estéril ficção da lei”, como Babeuf denunciava?

### **Participação de outras categorias**

Neste item do instrumento de coleta de dados, o que se pretendeu saber foi se as entidades afiliadas possibilitaram que outras categorias, que não a dos/as trabalhadores/as em educação, participassem das atividades do Programa de Formação da CNTE, bastando responder *sim* ou *não*.

Na Região Nordeste, 2 entidades possibilitaram tal participação: SINTEAL/AL e SINDIPEMA/SE. Uma, nada informou (SIMPERE/PE). Todas as demais informaram não ter possibilitado essa participação (APLB/BA, SINTEP/PB, SINTE/PI, SINPROJA/PE, SINTEPE/PE, SINPROESEMMA/MA, APEOC/CE e SINTE/RN).

Na Região Norte, o SINTEPP/PA conseguiu que ocorresse o atendimento às outras categorias, ao contrário do SINSEPEAP/AP.

Na Região Sudeste, repetiu-se o mesmo da região anterior. O SIND-UTE/MG conseguiu viabilizá-la, ao contrário do SINDIUPES/ES.

Na Região Centro-Oeste, das 6 entidades participantes, somente o SINTET/TO conseguiu promover a participação de outras categorias. Não o efetivaram: SINTEP/MT, SINTEGO/GO e FETEMS/MS. Deixaram de prestar informações as seguintes entidades: SAE/DF e SINPRO/DF.

Na Região Sul, 3 entidades afiliadas informaram positivamente: APP/PR, SIN-PROSM/RS e SISMMAC/PR. As demais possivelmente não tiveram o mesmo sucesso, na medida em que deixaram de fornecer informações a respeito. Foram elas: o SINTERG/RS e o SINTE/SC.

Em síntese, dentre aquelas que informaram, a relação entre quem propiciou e quem não propiciou tal participação é de praticamente a metade (Não – 15; Sim – 8).

## **Detalhamento da participação de outras categorias**

Este item do instrumento de coleta de dados objetivou tomar ciência do detalhamento da participação de outras categorias que não a dos/as trabalhadores/as em educação nas atividades formativas promovidas pelo Programa de Formação da CNTE, no âmbito das suas entidades afiliadas. Seria preciso explicitar o nome da/s categoria/s, entidade/s e segmentos atendidos por meio do Programa.

Na Região Nordeste, duas entidades afiliadas participantes puderam detalhar a participação de outras categorias: SINTEAL/AL e SINDIPEMA/SE. O SINTEAL/AL viabilizou a participação de trabalhadores/as da saúde, urbanitários e jornalistas, respectivamente, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social (Saúde, Previdência, Assistência Social) e Trabalho no Estado de Alagoas (SINDPREV-AL), ao Sindicato dos Urbanitários de Alagoas (SINDURBANITÁRIOS-AL) e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas (SINDJORNAL), em todas as atividades do Eixo 2. O SINDIPEMA/SE contou apenas com a participação de um eletricitário, da entidade sindical denominada Sinergia. Deixaram de contar com a participação de outras categorias as seguintes entidades afiliadas: SINTEP/PB, APLB/BA, SINPROJA/PE, SINTE/PI, APEOC/CE, SINPROESEMMA/MA, SINTE/RN, SINTEPE/PE e SIMPERE/PE, 9 delas, portanto.

Na Região Norte, o SINTEPP/PA “em uma Regional possibilitou a participação de membros do Movimento Popular e Dirigentes Sindicais Municipais”. O SINSEPE-AP/AP deixou de prestar informações.

Na Região Sudeste, o SIND-UTE/MG contou com companheiros da categoria dos bancários, metalúrgicos e rurais, respectivamente representados pelo Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), por Diretores do Sindicato dos Metalúrgicos e pelo Presidente da entidade dos trabalhadores rurais. O SINDIUPES/ES nada informou.

Na Região Centro-Oeste, a única entidade afiliada que atendeu a outra categoria foi o SINTET/TO. Essa entidade somente teve a singular participação de um trabalhador da construção civil, filiado ao SINDCINTO, como colaborador no fascículo *Negociação Coletiva*. As demais – SINTEP/MT, SINTEGO/GO, FETEMS/MS, SINPRO/DF e

SAE/DF – nada informaram. A hipótese é a mesma já lançada quanto a situações semelhantes: a de que a abertura a outras entidades simplesmente não aconteceu.

Na Região Sul, 3 entidades afiliadas conseguiram viabilizar a participação de outras categorias que não a dos/as trabalhadores/as em educação em atividades do Programa de Formação da CNTE. A APP/PR atendeu a servidores municipais do Sindicato dos Servidores Municipais de Castro (SISMUCA), em evento do qual participaram integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e alunos do ensino médio. O SIMPROSM atendeu à categoria de coordenadores, tendo também participado professores dos sindicatos da região. O SISMMAC/PR atendeu a servidores municipais e urbanitários das seguintes entidades: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais (SINSEP) e Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná (SINDIURBANO). As entidades que deixaram de contar com tal participação foram o SINTERG/RS e o SINTE/SC.

Do total de entidades afiliadas participantes deste estudo, somente menos de um terço delas (30,76%) conseguiu se aproximar de outras categorias, viabilizando a sua participação em atividades do Programa. No total de todas as entidades afiliadas à CNTE, essa pequena abertura para outras entidades fora do campo educacional significa apenas 19,51% de um movimento concreto de interações politicamente importantes, particularmente nos dias atuais, quando o capital-imperialismo vem construindo uma institucionalidade contrária a qualquer projeto de estabelecimento de nova sociabilidade. Virgínia Fontes (2010), em sua obra mais atual, traz-nos a indicação de que as formas de subordinação ao capital-imperialismo guardam semelhanças com o domínio do capital sobre o trabalho, apesar da possibilidade de haver similitudes enganadoras não visíveis imediatamente. O que a autora nomeia de capital-imperialismo exacerba a concentração concorrente de capitais e que, ao mesmo tempo, tende a consorciá-las. Mais do que isto: essa nova forma que o capital adquire complementa a sua expansão externa, com exportações de bens ou de capitais e impulsiona expropriações de populações inteiras dos processos produtivos, dos direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica.

Frente a essa nova conformação do capital, adquire mais atualidade a exaltação de Marx no Manifesto do Partido Comunista: “Proletários de todos os países, uni-vos”, particularmente quando se sabe hoje que, ao lado das novas formas socio-metabólicas do capital, estão sendo gestadas surpreendentes formas organizativas, educativas e pedagógicas pelos homens de negócios da educação, grandes organizações supranacionais, fundações e institutos, em especial criando grandes espaços mercadológicos de educação na Europa, América Latina e Caribe.

Antunes (2006), não por acaso, vem se preocupando com as formas atuais com as quais o capitalismo vem preservando e reproduzindo a sua hegemonia, importando-se cada vez menos com as populações, as condições materiais de

produção de suas próprias existências e seus direitos historicamente conquistados. É por essa razão que a noção ampliada de classe trabalhadora que desenvolve incorpora a totalidade dos trabalhadores assalariados como resposta imediata à nova conformação do capital e aos desafios constantes que impõe ao mundo do trabalho. Na perspectiva em que o autor a propõe, sua noção ampliada de classe trabalhadora compreende a classe que vive do trabalho, todos os trabalhadores produtivos e improdutivos, mas, obviamente, excluindo de sua composição aqueles que vivem do trabalho gerindo o capital, isto é, os altos funcionários, pequenos empresários, especuladores, a pequena burguesia urbana e rural proprietária.

Ao levarmos em consideração essa noção ampliada de classe trabalhadora, percebemos como é preocupante a pequena participação de outras entidades fora do campo educacional, desperdiçando-se a oportunidade de as atividades formativas do Programa de Formação da CNTE, levadas a efeito pelas entidades afiliadas, as terem atendido por esse meio. O encapsulamento de cada categoria de trabalhadores em seus próprios limites e áreas de atuação é fator importante de adiamento da concretização do conceito ampliado de classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, de manutenção da fragilidade de categorias que vivem do trabalho, na medida em que as mantém isoladas no âmbito da contradição capital-imperialismo total e totalidade do trabalho.

Mészáros (2010), mais enfaticamente em seus indicativos para a luta capital *versus* trabalho, nos termos em que ela se apresenta hoje, diz-nos ser imperativo conceber formas de ação, articuladas estratégica e conscientemente como frente plural e socialista, sem, entretanto, jamais barganha princípios. Ele também nos adverte que a unidade dos trabalhadores, indispensável à ofensiva contra o capital-imperialismo não está dada; ela precisa ser constantemente criada e recriada em todas as circunstâncias.

Em nossas reflexões, compreendemos que os movimentos concretos de aproximação entre diferentes categorias de trabalhadores – industriais, assalariados do setor de serviços, trabalhadores rurais, trabalhadores terceirizados e precarizados, trabalhadores da economia informal, desempregados, inativos e aposentados – talvez deveriam ser intensificados pelas entidades afiliadas à CNTE, a partir das atividades do Programa de Formação, porquanto são indispensáveis ao objetivo de constituir uma frente plural de trabalhadores, unida contra o capital em sua mais atual manifestação.

### **Avaliação dos fascículos do Programa**

O item de investigação desta categoria, cuja resposta deveria ser discursiva, visou a saber qual a avaliação feita pelas entidades quanto aos temas e à disposição de apresentação dos fascículos integrantes do Programa de Formação.



Na Região Nordeste, 3 entidades (APEOC/CE, SINPROJA/PE e SIMPERE/PE) deixaram de se pronunciar avaliativamente sobre os fascículos do Programa de Formação da CNTE. As demais entidades assim apresentaram as suas avaliações:

- » APLB/BA: considera todos os temas do Programa guias importantes para a orientação do curso, assim como os conteúdos, muito didáticos e ilustrativos. Isso ajuda a aplicação do curso;
- » SINTEAL/AL: avalia que os temas são necessários, úteis, têm qualidade e são de fácil apreensão;
- » SINTE/PI: a avaliação feita é positiva, destacando-se a importância dos fascículos para a formação de base;
- » SINTEPE/PE: a avaliação também é positiva, tendo como critérios a relevância, a apresentação física do material e a complementaridade entre os temas abordados. Ressalta o grau de dificuldade contido nos fascículos do Eixo 3, “acreditando se tratar de temas não tão próximos do cotidiano”;
- » SINPROEEMMA/MA: também avalia positivamente os fascículos, tomando como critérios os conteúdos e a sua disposição. Destaca, porém, que seus promotores locais têm concepções diferentes das dos diretores da CNTE;
- » SINDIPEMA/SE: avalia positivamente os temas de formação de dirigentes sindicais;
- » SINTE/RN: destaca como positivos os conteúdos, por apresentarem fundamentos que requerem aprofundamento e leituras filosóficas, sociológicas e econômicas. Além disso, permitem estabelecer relações entre os conteúdos e as práticas. As proposições que apresentam originam debates e buscam o interesse dos participantes para associar a temática ao cotidiano;
- » SINTEP/PB: considera que os conteúdos estiveram conforme as necessidades de formação da categoria.

Na Região Norte, ambas as entidades participantes manifestaram-se avaliativamente. O SINTEPP/PA expressou-se a respeito, considerando “os fascículos excelentes e com uma linguagem clara e objetiva que facilita a compreensão dos assuntos.” O SINSEPEAP/AP considerou positivas a qualidade do material impresso e a clareza e a objetividade dos temas.

Na Região Sudeste, o SINDIUPES/ES avaliou-os como bem elaborados, “com teor científico e assinados por professores capacitados”. Já os companheiros do SIND-UTE/MG, mesmo considerando o material do Eixo 2 adequado e irreparável, quanto aos demais eixos, sugerem que suas atividades sejam condensadas em menos encontros, assim: 4 encontros para o Eixo 1 e 3 encontros para o Eixo 3.

Na Região Centro-Oeste, à exceção do SINPRO/DF e do SAE/DF, o primeiro pelas razões já explicadas e o segundo por não ter participado do Programa de Formação da CNTE, todas as demais entidades apresentaram as suas avaliações (SINTEP/MT, FETEMS/MS e SINTET/TO). Essas entidades avaliam os fascículos como sendo ótimos, bem elaborados e sistematizados, pertinentes, necessários e importantes. Somente o SINTEGO/GO destacou a necessidade de terem mais objetividade e de incluírem “o contexto recente”.

Na Região Sul, somente 3 entidades se manifestaram a respeito: uma para ressaltar o seu pouco tempo de filiação (SINPROSM/RS), outra (APP/PR) para ressaltar a importância dos fascículos “para a realização das atividades formativas” e o SISMAC/PR para afirmar que os fascículos revelam-se um bom material básico para a formação de novos dirigentes. As entidades SINTERG/RS e SINTE/SC não se pronunciaram.

Independente, então, das regiões em que se encontram, a tônica vinda das entidades é, pois, extremamente positiva quanto aos fascículos que compõem cada eixo do processo de formação.

## **Avaliação geral do Programa de Formação**

O presente item tratou de investigar os conteúdos da categoria de análise do real, fornecendo alguns critérios ou parâmetros: condições de participação dos cursistas, condições de organização das atividades pelas entidades, duração do Programa, temas propostos, conteúdos e metodologias. As entidades deveriam apresentar os pontos por elas considerados positivos e/ou negativos.

Na Região Nordeste, em se tratando da avaliação geral do Programa de Formação, 3 entidades eximiram-se de destacar quaisquer aspectos positivos ou negativos a respeito: SIMPERE/PE, SINPROJA/PE e APEOC/CE.

As entidades afiliadas que explicitaram sua avaliação, consideraram positivos:

- » a participação e interesse da maioria, a infraestrutura e a duração do Programa (SINTEP/PB);
- » o interesse dos participantes, os temas e conteúdos, o uso de novas tecnologias de informação, a prioridade da entidade ao Programa e a disposição de convidados e entidades que se dispuseram a contribuir para o seu sucesso (SINTEPE/PE);
- » o dinamismo e a objetividade do Programa e a integração dos cursistas (SINTE/PI);
- » a oportunidade dos temas, as relações entre eles e a metodologia (SINTEAL/AL);

- » a riqueza dos conteúdos e a metodologia (APLB/BA);
- » a ação formativa e a metodologia (SINTE/RN).

O SINPROESEMMA/MA e o SINDIPEMA/SE deixaram de enunciar aspectos positivos gerais do Programa de Formação.

Como aspectos negativos, as entidades que se pronunciaram destacaram os seguintes:

- » a dificuldade de liberação dos participantes pelo governo, o curto espaço de tempo para os seminários, ausência de hábito de leitura dos cursistas e a dificuldade de assegurar a presença dos cursistas em muitas atividades (SINTEPE/PE);
- » as ausências nos cursos, em função das agendas pessoais e da incompreensão acerca da importância do Programa (SINTEAL/AL);
- » o tempo curto para exploração dos temas e as frequências intermitentes (SINTE/PI);
- » a ausência dos funcionários das suas escolas (SINPROESEMMA/MA);
- » a indisponibilidade dos cursistas, mesmo quando as atividades ocorreram em finais de semana (SINDIPEMA/SE);
- » a dificuldade de absorção dos conteúdos pelos cursistas, as poucas dinâmicas e a exiguidade de tempo para tanto conteúdo (SINTEP/PB);
- » o não envolvimento do conjunto da diretoria, a pequena participação efetiva dos cursistas, a não multiplicação da formação e a existência de pequenos grupos (SINTE/RN);
- » a pequena participação da entidade na elaboração do Programa (APLB/BA).

Na Região Norte, o SINTEPP/PA se eximiu de fazer a avaliação e somente o SINSEPEAP/AP se dispôs a fazê-la, indicando o seguinte:

- » como aspectos positivos: os temas, a metodologia, os conteúdos e, em especial, a articulação dos dirigentes e a melhoria de suas atuações políticas, propiciadas pelo Programa;
- » como aspectos negativos: as distâncias geográficas enfrentadas pelos cursistas, a evasão e a rotatividade dos participantes nos encontros e, por fim, a longa duração do Programa “para um mesmo público”.
- » Na Região Sudeste, somente uma entidade afiliada (SIND-UTE/MG) fez a avaliação. A congênere que se eximiu foi o SINDIUPES/ES.

O SIND-UTE/MG considerou positivos os seguintes aspectos:

- » o Programa, tido como “um marco para o desenvolvimento de uma política de formação sindical que estava sendo relegada”;
- » o “material adequado que possibilita a flexibilização de seu uso”.

Negativamente, destacou os seguintes aspectos:

- » a extensão/duração do curso, “para além dos mandatos”;
- » as impossibilidades de conciliar o Programa com outras ações dos sindicatos, tais como: campanhas salariais, mobilizações, greves;
- » a organização da documentação, em razão da troca de funcionários no departamento;
- » o tempo para a preparação dos encontros;
- » as dificuldades de liberação;
- » a pequena quantidade de encontros/oficinas nacionais;
- » a contrapartida financeira da entidade;
- » o atraso na distribuição do material no início de cada eixo.

Na Região Centro-Oeste, 3 entidades participantes (SINPRO/DF, SAE/DF e SINTEP/MT) eximiram-se da tarefa.

As demais destacaram positivamente:

- » os conteúdos e a linguagem (SINTET/TO);
- » a reflexão que proporciona, bem como sua capacidade de unificação nacional em torno de temas formativos (FETEMS/MS);
- » a estruturação que proporciona à participação (SINTEGO/GO).

O SINTEGO/GO e a FETEMS/MS convergiram, indicando praticamente os mesmos aspectos negativos:

- » para ambas, as agendas dos cursistas-dirigentes constituem uma dificuldade para a realização das atividades, assim como a falta de recursos humanos;
- » o SINTEGO/GO destaca o tempo de duração do Programa;
- » a FETEMS/MS ainda destaca a pequena quantidade de “dirigentes novos participando e muitos antigos”, ao lado da dificuldade de “constituir e manter o coletivo de formação”.

Na Região Sul, o SINTE/SC eximiu-se da tarefa, enquanto as demais entidades apresentaram os aspectos positivos e negativos que consideraram importantes e relevantes.

Pontos positivos:

- » as “orientações sobre o PNE, a Lei do Piso Nacional e a qualidade na educação” (SINPROSM/RS, apesar de seu pouco tempo de filiação);
- » o trabalho sistemático e continuado, o trabalho das direções dos núcleos sindicais e os temas propostos (APP/PR);
- » as condições estruturais para a organização do curso (SISMMAC/PR);
- » a participação dos cursistas, a organização das atividades pela entidade, a duração do Programa, os temas e conteúdos propostos, a metodologia etc. (SINTERG/RS).

Aspectos negativos:

- » a distância a ser percorrida pelos cursistas (SINTERG/RS);
- » a longa duração, dificultando não só a presença constante como a conclusão do curso pelos participantes (SISMMAC/PR);
- » muitas turmas regionais e despreparo da equipe de formação (APP/PR).

O SINPROSM/RS não se pronunciou a respeito.

O exame deste item do instrumento de coleta de dados permite apreender a positividade do Programa, reconhecida, na expressão do SIND-UTE/MG, como “um marco para o desenvolvimento de uma política de formação sindical que estava sendo relegada”. Muitas dificuldades enunciadas são inerentes às condições objetivas de muitos/as trabalhadores/as em educação, como, por exemplo, as dificuldades de agenda, de liberação, de frequência contínua, as distâncias geográficas etc., podendo até mesmo incluir, entre elas, aquelas que derivam da falta de hábito de leitura e da internalização de conteúdos.

Outras indicações, no entanto, devem ser merecedoras de atenção por parte da Secretaria de Formação, tais como: o tempo de duração do Programa, a questão das liberações, as contrapartidas das entidades, a participação de dirigentes “veteranos”, conteúdos etc. A atenção a essas dificuldades e a outras deve compreender a elaboração de políticas de formação que venham a englobar as condições objetivas (humanas, financeiras, de tempo, locais, de alimentação, de hospedagem etc.) para que o Programa de Formação da CNTE se realize em sua máxima plenitude.

## Possíveis dificuldades na implementação do Programa e sugestões

Ao que nos parece, a partir do que as entidades afiliadas participantes sinalizam como negatividade, as dificuldades de implementação e realização do Programa são concretas. A consideração apresentada por cada uma merece abordagens e decisões importantes.

As dificuldades apontadas como mais prementes e que mais afligem as entidades e comprometem o sucesso do Programa têm a ver, mais direta e intensamente, com as finanças das entidades, com a centralização das atividades do Programa nas sedes das entidades afiliadas e com a manutenção do cronograma do Programa em tempo de fortes mobilizações.

Outras dificuldades, menos intensas e aflitivas, dizem respeito às agendas pessoais dos participantes, com implicações de acesso e permanência durante o processo de formação, tais como: assiduidade e pontualidade, mudanças nas gestões durante a realização do Programa, divergências políticas entre dirigentes e inexistência de Coletivos de Formação nas entidades afiliadas.

Chama a atenção o fato de quase metade das entidades afiliadas participantes (46,15%) eximir-se de apresentar sugestões. É possível, no entanto, terem deixado de formular sugestões por não terem uma visão de totalidade do Programa e, então, terem se restringido a determinados pontos mais atinentes às suas dificuldades.

As sugestões apresentadas, contudo, constituem três ordens de indicação:

1. *duração do Programa*: mesmo que não haja um consenso a respeito de sua duração, a maioria reivindica sua diminuição, mesmo que existam aquelas que preferam manter a duração atual e outras que peçam o aumento de sua duração;
2. *aspectos de funcionalidade*: aqui aparece não só a necessidade de atualização constante dos fascículos, como a de espaços de planejamento, de encontros regionais, de um calendário de visitas às regionais, de disponibilização de filmes em site ou CD-ROM, além de uma maior interação com a Secretaria de Formação da CNTE, incluindo mais apoio e presença física em algumas atividades;
3. *avaliação contínua das atividades do Programa*: as reivindicações aparecem sob duas óticas, que, entretanto, não se elidem. Uma sugere “uma política de avaliação processual”, envolvendo coordenadores de base do Programa e membros da Secretaria de Formação. A outra propõe uma avaliação ao fim de cada atividade, possivelmente enviada à Secretaria de Formação da CNTE.

No tocante a essas últimas sugestões, voltadas especificamente para a avaliação, aparentemente, mas apenas aparentemente, poderíamos inferir erroneamente que a primeira proposição é interativa, cordial etc. Examinada com intensidade,

no entanto, sua essência parece conter formas de avaliação reguladora, de monitoramento permanente, para identificar as dificuldades em tempo real, pretendendo diagnosticar os seus fatores causais e criar oportunidades para que sejam formuladas adaptações individualizadas ou coletivas das atividades de formação. A segunda, nesse mesmo sentido, em pouco ou nada parece diferir de uma avaliação processual, contínua e permanente. Ambas são possuidoras de formas e conteúdos que implicam controle, regulação e monitoramento constante. Na essência de cada uma, o autoritarismo e o conservadorismo parecem estar presentes.

Uma observação relativa a essas propostas de avaliação tem sentido neste momento. Elas, e mesmo outras que possam vir a ser formuladas, sempre que autorizem alguém diferente do próprio estudante/cursista a atribuir quaisquer valores ou juízos de qualidade aos seus trabalhos, são essencialmente problemáticas. Vejamos o assunto com mais profundidade.

Quando Marx (Apud Enguita, 1989), escreveu sobre o trabalho na sociedade capitalista, em comparação com o trabalho em geral, ele o caracterizou como trabalho alienado. Em seu ponto de vista, a alienação residia na relação entre o trabalhador e o produto, o processo e os meios de trabalho. A alienação, considerada em relação ao produto do trabalho, em primeiro lugar, quer dizer que o produto não pertence ao trabalhador, mas à pessoa que comprou a sua força de trabalho; em segundo, que o trabalhador não decide qual será o produto de seu trabalho, quem o decide é o capitalista.

Ora, numa situação escolar autoritária e alienadora, a situação do estudante não é nada diferente da do trabalhador anteriormente referido. Também ele não será dono/proprietário de seu trabalho: o professor/a e/ou a instituição escolar podem expô-lo em feiras ou outras mostras de trabalhos estudantis, sem pagar ou mesmo reconhecer ao seu produtor qualquer direito autoral. De igual modo, o estudante também deixa de ser aquele que decide qual trabalho escolar quer fazer. É possível, ainda, afirmar que também a atribuição de uma nota a um trabalho escolar, pelo professor, é uma ação semelhante à do capitalista em relação ao trabalhador, na medida em que a este é negado o direito de atribuir qualquer valoração ao trabalho que realizou.

É nesse sentido que as práticas avaliativas para a reprodução social do capital têm grande importância na formação do futuro trabalhador e no seu processo de alienação, impedindo, desde muito cedo, que ele, o estudante, possa se autoavaliar e determinar o seu próprio valor, seja para expressar quanto vale o seu trabalho escolar, seja para arbitrar o seu salário no mercado de empregos do mundo capitalista.

Ora, em um Programa de Formação de novas lideranças sindicais, cabe, pois, questionar as práticas de avaliação que são pretendidas, propostas e efetivadas, pois cabe mais aos trabalhadores formandos reivindicar tão somente práticas de avaliação que lhes permitam escolher, com valores e juízos de qualidade próprios, os trabalhos

que vão realizar, a quem beneficiarão etc. Como nos diz Lenin (1978), a classe trabalhadora precisa ter sua própria direção intelectual, moral e política, como condição para a sua futura hegemonia. E prossegue: a classe operária deve ter um conhecimento preciso, não só teórico, como fundamentado na experiência da vida política.



## Pontos para a tomada de decisões

O presente relatório, como se pode inferir, concentra um esforço para apresentar elementos para a avaliação do Programa de Formação da CNTE em sua totalidade concreta. As tomadas de decisões necessárias são tão somente sugeridas, na medida em que, como acadêmicos que somos, entendemos serem outros os nossos lugares.

O esforço concretizado e que se evidencia neste relatório-diagnóstico essencialmente colide, no entanto, com os possíveis fetichismos de um Programa de Formação de abrangência nacional. Ele igualmente se presta a trazer à tona o conteúdo objetivo do Programa e seu significado, além de sua função social e política concreta e de seu lugar histórico como produção e produto social. Do mesmo modo, retira da caverna platônica – e faz sobre eles incidir luzes – os sujeitos concretos envolvidos com a sua realização e que participam do Programa, abatidos pelo cansaço das jornadas de trabalho e das distâncias, atribulados pelos afazeres domésticos e públicos.

Metodologicamente, o que se buscou neste relatório foi a essência interna do Programa de Formação da CNTE, a sua alma, a qual, aliás, revelou-se de imediato com bastante positividade, como “um marco para o desenvolvimento de uma política de formação sindical que estava sendo relegada”, segundo a feliz expressão usada pelos companheiros do SIND-UTE/MG. Em síntese, são positivos: o desenvolvimento geral do Programa de Formação, os temas, os conteúdos e o modo como esses são apresentados no material didático de apoio.

Mas, o mesmo Programa mostrou-se portador de problemas com gravidades diferenciadas, que emergem no processo de sua implementação, aplicação e reaplicação junto à base. Muitos deles já foram evidenciados no desenrolar do relatório. Cabe-nos, agora, enfatizar os mais flagrantes e que estão a demandar esforços pedagógicos e políticos para que possam ser superados. Tal ênfase, porém, não supõe qualquer hierarquização direta ou inversa dos problemas. Quatro deles, que podem representar importantes paradoxos, tensões e contradições, são apresentados a seguir, apenas obedecendo à ordem em que foram examinados e sem qualquer ideia de hierarquia entre eles.

Começamos pela filiação de base dos/as trabalhadores/as em educação das entidades afiliadas, porquanto encobre tensões resultantes das especialidades e posições diferenciadas que os/as trabalhadores/as ocupam nas relações sociais. Como já dissemos, o Estatuto da CNTE não faz distinções entre eles e erige para a instituição sindical a missão de integrá-los e defender os seus interesses de categoria. Sendo assim,

uma das primeiras condições para a preservação da pretendida unidade político-sindical, tanto pelas entidades afiliadas quanto também pela CNTE, supõe o impedimento de restrições ou privilégios a questões que somente envolvam os/as professores/as, os/as pedagogos/as/especialistas ou os/as funcionários/as da educação. Contudo, foi o exame da categoria *Funcionários/las da educação atendidos pelo Programa* o que colocou em destaque a contradição em relação à missão de integração das entidades afiliadas e da CNTE. Em praticamente todas as regiões brasileiras, o atendimento formativo de funcionários/as da educação é reduzido, sendo mesmo imperceptível em algumas regiões, observando-se, porém, que somente foram consideradas neste estudo as entidades afiliadas participantes em cada uma dessas regiões. Outras entidades, não participantes, possivelmente podem estar realizando esse atendimento.

Na ocasião do exame dessa categoria, questionamos o que poderia justificar a pequena viabilização e a participação dos/as funcionários/as da educação, sem obter uma resposta concreta, e citamos o Manifesto de Gracchus Babeuf para lembrar que a igualdade é a primeira promessa que a natureza faz ao ser humano e é básica para legítimas associações; lembramos na oportunidade que a unidade de base da CNTE coloca como exigência primeira que a igualdade entre todos os seus sindicalizados não seja simplesmente “uma bela e estéril ficção da lei”.

Outro ponto, desde o início colocado como problema pela Secretaria de Formação da CNTE, tem como objeto o êxodo de egressos do Programa de Formação para cargos políticos e da administração pública. Empiricamente, contudo, foi impossível comprová-lo concretamente. O menor número de concluintes que o dos/as inscritos/as no Programa de Formação exclusivamente nos permitiu constatar e colocar em evidência a evasão que existe. Mas, apesar de comprovada, tal evasão não se traduz, necessariamente, em migração para fora dos limites sindicais, simplesmente um/uma trabalhador/a em educação pode ter interrompido sua frequência e ainda assim continuar empenhado/a em levar a bom termo a sua militância sindical.

O êxodo em si é um fenômeno histórico, portanto, humano, e não é específico do movimento sindical ou de qualquer outro movimento social. Sempre ocorreu e deverá continuar ocorrendo. Contudo, uma vez situado como problema, o que, entretanto, merece ser investigado, é o caráter ou a alma do migrante individual ou coletivo, como dissemos, apropriando-nos de uma metáfora construída por Kosik. Os sujeitos com alma revolucionária, esses sim, são imprescindíveis e perdê-los pode comprometer a própria alma revolucionária que o sindicalismo deve e precisa ter. O foco do problema, então, necessita ser desviado e ajustado para se concentrar com intensidade no estancamento do possível êxodo de sujeitos/as com almas de revolucionário.

Mais um ponto que parece sugerir imediata tomada de decisão tem a ver com a dispersão temática evidenciada por ocasião do exame das atividades de livre iniciativa das entidades e das atividades temáticas transversais propostas pelo Eixo 4.

Inicialmente, tal dispersão foi vista em sua positividade, porquanto implica enriquecimento teórico e prático dos/as trabalhadores/as em educação, cursistas do Programa de Formação. Todavia, não obstante sua imediata positividade, é plausível, entretanto, estar produzindo elevada sobrecarga de trabalho nas bases e forçando a diminuição da sua efetiva ação política, importante para o enfrentamento das questões que afetam a vida profissional dos trabalhadores em educação e dos demais desafios da área, que, aliás, como sempre reiteramos, não são poucos.

Da mesma forma, pode ainda estar a produzir pressões para que uma ou mais entidades afiliadas tenham dificuldades de responder, unitária e imediatamente, às demandas do coletivo local e nacional. É nesse sentido que a dispersão se torna problemática e deixa antever que, em nenhum momento, valoriza, com a ênfase necessária, alguns temas candentes do cotidiano das escolas diretamente relacionados aos desafios concretos que os trabalhadores/as em educação enfrentam diuturnamente. É o caso das classes cheias, da falta de condições objetivas para o sucesso no desempenho das suas funções, do descumprimento dos contratos coletivos de trabalho pelas autoridades governamentais, da estandardização da educação etc. Esse ponto, sem dúvida, é de grande importância e sugere uma tomada de decisão que defina mais concretamente qual a efetiva prioridade ou prioridades das lutas sindicais no cotidiano das escolas.

Esses são pontos que emergem carregados de maior preocupação. Outros, mais pontuais, mas não menos preocupantes, apresentam-se no corpo deste relatório. Todos são merecedores de atenção, e as tomadas de decisão que demandam deverão contribuir para o aperfeiçoamento do Programa de Formação da CNTE. Outros, ainda, é bem verdade, podem ter escapado às nossas análises.

Por essa razão, este relatório, mesmo que tenha sido consolidado pelo Grupo de Pesquisa *História em Movimento*, não se pretende absoluto e definitivo, estando aberto ao debate. Sua maior intenção foi sempre a de contribuir para o debate e, por que não, para a concretização de um novo conceito de atuação sindical. Como acadêmicos, nossas contribuições são positivamente efetivas, quando podemos atizar o debate e apresentar novos enfoques a respeito daquilo que impregna o senso comum.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BABEUF, G. **Manifesto dos iguais**. Paris: [s.n.], 1796. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm#topp>>. Acesso em: abr. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Trajatória da mulher na educação brasileira**. Brasília: MEC/INEP/SPM, 2005. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/estatisticas/trajetoria\\_mulher/default.htm?](http://www.inep.gov.br/estatisticas/trajetoria_mulher/default.htm?)>. Acesso em: abr. 2011.

BRECHT, Bertold. **Antologia poética: os que lutam**. Disponível em: <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/a/antologia-po%9tica-de-bertolt-brecht.txt>>. Acesso em: maio 2011.

CNTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO). **Estatuto**. Brasília: CNTE, 2011. Disponível em: <[http://www.cnte.org.br/images/pdf/estatuto\\_cnte\\_registrado\\_2011\\_2014.pdf](http://www.cnte.org.br/images/pdf/estatuto_cnte_registrado_2011_2014.pdf)>. Acesso em: maio 2011.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: ESPJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. et al. **História em movimento: terceiro balanço das atividades das afiliadas à CNTE (Ago.Dez./09)**. Brasília: CNTE, 2010.

GAMA, Zacarias. Avaliação educacional: para além da unilateralidade objetivista/subjectivista. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 2.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSIK, Karel. A dialética da moral e a moral da dialética. In: DELLA VOLPE, G. (Org.). **Moral e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

\_\_\_\_\_. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir I. **Que fazer?: as questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LOBO, Thereza. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez; IEE, 2001. p. 75-84.

MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

## Anexo 1 - Instrumento de Coleta de Dados para Avaliação do Programa de Formação

### Instruções para preenchimento

O instrumento consta de 20 questões, todas elas voltadas para a avaliação do Programa de Formação desenvolvido pela entidade. Em relação a algumas perguntas, solicitamos que seja assinalada com um X a opção que traduz a realidade da entidade no que se refere ao citado Programa; em relação a outras, o que se requer é que se escreva uma resposta à pergunta feita, também considerando a realização do mesmo Programa no âmbito da entidade.

### 1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Nome da entidade:	
Nome do/a Presidente/a ou Coordenador/a Geral da Entidade:	
Nome dos/as Secretários/as ou Coordenadores/as de Formação:	
Qual é a base de filiação dos/as trabalhadores/as? Estadual <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual e municipal <input type="checkbox"/>	
Qual é o segmento que representa? Somente professores/as <input type="checkbox"/> Somente Funcionários/as <input type="checkbox"/> Professores/as e Funcionários/as <input type="checkbox"/> Outro segmento <input type="checkbox"/> Sendo outro segmento, especifique: _____	

### 2 – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

No período de 2007 a 2010, a entidade desenvolveu alguma atividade de formação de dirigentes sindicais? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>3 – TIPOS DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
A entidade desenvolveu outras atividades que não as do Programa de Formação da CNTE?		
A entidade desenvolveu simultaneamente atividades do Programa de Formação da CNTE e outras para além das previstas no Programa?		

<b>4 – ATIVIDADES DE FORMAÇÃO PARA ALÉM DA CNTE</b>
A entidade realizou, de 2007 a 2010, atividades de formação que não estivessem no âmbito do Programa de Formação da CNTE? Relacionar, abaixo, se for o caso.

<b>5 - EIXOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DA CNTE</b>			
Assinale com "X" os eixos do Programa de Formação da CNTE realizados entidade			
<b>Eixos</b>	<b>Temas</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Eixo 1	Concepção Política e Sindical		
Eixo 2	Teoria e Prática Sindical		
Eixo 3	Planejamento e Ação Sindical		
Eixo 4	Temas Transversais		

<b>6 – FASCÍCULOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DA CNTE – EIXO 1 - <i>Concepção Política e Sindical</i></b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em caso positivo, em que ano?</b>
De acordo com a organização do Eixo 1, os fascículos abaixo foram trabalhados?			
Introdução à Sociologia			
Teoria Política			
Economia Política			
História do Movimento Sindical e Popular			
História do Movimento Sindical na Educação no Brasil.			

<b>7 – FASCÍCULOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DA CNTE – EIXO 2 - <i>Teoria e Prática Sindical</i></b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em caso positivo, em que ano?</b>
De acordo com a organização do Eixo 2, os fascículos abaixo foram trabalhados?			
Introdução à Filosofia			
Teoria da Comunicação Sindical			
Análise de Conjuntura			
Concepção e Prática Sindical.			
Negociação Coletiva			

<b>8 – FASCÍCULOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DA CNTE – EIXO 3 - <i>Planejamento e Ação Sindical</i></b> De acordo com a organização do Eixo 3, os fascículos abaixo foram trabalhados?	Sim	Não	Em caso positivo, em que ano?
Planejamento Estratégico – o Método			
Gestão Sindical			
Planejamento Estratégico da Ação Sindical			
Sistema Democrático de Relações de Trabalho			

<b>9 – ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DO EIXO 4 - <i>Temas Transversais</i></b> O Eixo 4 estava disposto de modo a que a entidade desenvolvesse atividades em torno de temas de seu interesse e a partir de sua própria necessidade. Quais atividades foram desenvolvidas no período considerado de formação de dirigentes? (indicar a forma e o ano de realização)	
Tema	Forma da atividade (Exemplos: Palestras, seminários, distribuição de fascículos, etc.)



**10 - PARTICIPANTES**

Com relação aos três primeiros eixos, cada entidade tinha previamente definidos o número de turmas e o quantitativo de 50 cursistas por turma. No entanto, podia ampliar esse número conforme critérios próprios.

Qual o número de turmas PREVISTAS E CRIADAS e a respectiva quantidade de cursistas inscritos/as?

Para sanar dúvidas, em anexo, há a relação do número de vagas e turmas previstas, por entidade.

Nº DE VAGAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS CRIADAS	Nº DE INSCRITOS/AS

**11- CONCLUINTES DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO**

Quantos foram os concluintes das atividades de formação, por eixo, com recorte de gênero?

Eixos	Inscritos		Concluintes	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Eixo 1				
Eixo 2				
Eixo 3				

**12 – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA JUNTO À BASE**

SIM

NÃO

A entidade desenvolveu ações de reaplicação do Programa de Formação da CNTE envolvendo a base da entidade?

### 13 – FORMAS DE REAPLICAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DA CNTE JUNTO À BASE

A base da entidade for atendida por alguma atividade de formação? Em caso positivo, especificar, abaixo, a(s) forma(s) desenvolvida(s).

--

### 14 – FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS PELO PROGRAMA

Na aplicação do Programa de Formação, qual foi a participação dos/as Funcionários da Educação, em termos quantitativos, por eixo, com recorte de gênero?

Eixos	Mulheres	Homens
Eixo 1		
Eixo 2		
Eixo 3		

### 15 – PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS CATEGORIAS

Na aplicação do Programa de Formação, a entidade possibilitou que outras categorias, que não a dos/as trabalhadores/as em educação participassem das atividades formativas?

Sim  Não

### 16 – DETALHAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS CATEGORIAS

Caso a resposta tenha sido afirmativa no item anterior, como pode ser detalhada tal participação?

Entidade(s) participante(s)	Categoria(s) participante(s)	Segmento(s) participante(s)

**17 – AVALIAÇÃO DOS FACÍCULOS DO PROGRAMA**

Qual é a avaliação que a entidade faz acerca dos temas e da disposição de apresentação dos mesmos nos fascículos do Programa de Formação da CNTE?

--

**18 – AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO**

A partir do desenvolvimento das atividades do Programa de Formação da CNTE, como a entidade o avalia?

Alguns parâmetros a serem considerados: condições de participação dos cursistas, condições de organização das atividades pela entidade, duração do Programa, temas propostos, conteúdos, metodologia etc.

Pontos positivos	Pontos negativos

**19 – POSSÍVEIS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA**

Seja por meio do Coletivo de Formação ou de seus/suas coordenadores/as responsáveis pela aplicação do Programa de Formação, a entidade sentiu dificuldades para a implementação das ações nele previstas? Especifique-as, se for o caso.

--

**20 – SUGESTÕES PARA APRIMORAMENTO DO ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA PELA CNTE**

Quais sugestões a entidade tem a propor para a melhoria do acompanhamento realizado pela Secretaria de Formação da CNTE junto à entidade?

Alguns parâmetros a serem considerados: aplicação do Programa, duração do Programa e dos seminários, metodologias, dinâmicas, materiais de apoio etc

--

## Anexo do Instrumento de Coleta de Dados para Avaliação do Programa de Formação

### *Número de vagas e turmas previstas, por entidade*

ENTIDADES	Nº DE VAGAS PREVISTAS	Nº DE TURMAS PREVISTAS
AFUSE/SP	50	1
APEOC/CE	50	1
APEOESP/SP	150	3
APLB/BA	100	2
APP/PR	50	1
CPERS/RS	100	2
FETEMS/MS	50	1
SAE/DF	50	1
SEPE/RJ	50	1
SINDIPEMA/SE	50	1
SINDIUPES/ES	50	1
SINDIUTE/CE	50	1
SIND-UTE/MG	100	2
SINPEEM/SP	50	1
SINPRO/DF	50	1
SINPROSEMMA/MA	50	1
SINPROJA/PE	50	1
SINSEPEAP/AP	50	1
SINTE/PI	50	1
SINTE/RN	50	1
SINTE/SC	50	1
SINTEAC/AC	50	1
SINTEAL/AL	50	1
SINTEAM/AM	50	1
SINTEGO/GO	50	1
SINTEM/PB	50	1
SINTEP/MT	50	1
SINTEP/PB	50	1
SINTEPE/PE	50	1
SINTEPP/PA	50	1
SINTER/RR	50	1
SINTERO/RO	50	1
SINTESE/SE	50	1
SINTET/TO	50	1
SISMMAC/PR	50	1
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>2.000</b>	<b>40</b>

www.cnte.org.br



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
www.cnte.org.br



Início Institucional Secretarias Lutas da CNTE Legislação Publicações Comunicação Escola de Formação

VOCÊ ESTÁ AQUI: Início

Brasil se destaca em workshops realizados no 6º Congresso da IE



PARA A CNTE,  
O VALOR DO PISO É:  
R\$ 1.597,87

CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS



Pesquisar...

Fale conosco

Webmail CNTE

A Rádio pela Educação

Recibir o boletim

Nome

E-mail

Assinar



**Acesse o site da CNTE** e fique por dentro de tudo o que acontece na **educação pública no Brasil.**



Canal de vídeos  
no YouTube



Notícias rápidas  
no Twitter



Programa de rádio  
A Voz da Educação



Matérias especiais  
no CNTE TV



Notícias atualizadas  
no CNTE Infoma



**Projeto Gráfico**

Esta publicação foi elaborada em 26 x 19,5 cm, com mancha gráfica de 20,5 x 13 cm, fonte Palatino Linotype Regular 11pt., papel off set LD 90g, P&B, versão eletrônica.





PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA



Programa de  
Formação da CNTE  
Um novo conceito de atuação sindical



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)



Brasil

APOIO



**Läraryrörbundet**  
SINDICATO DE EDUCADORES DA SUÉCIA